



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 26/2026

Aos vinte seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte seis, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências da Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, localizada à Av. João pessoa, 1105 – Cidade Baixa – Porto Alegre/RS, sob a coordenação de **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**

João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres**

Francyne da Rosa, **CEMME**

Lucas de Campos Ribeiro, **Instituto Pobres Servos da Divina Providência - Calábria**

Natália Laurindo e Francine da Silveira Idiart, **AHMI**

Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**

Priscila Balestrin e Fabrízia Demo, **Parceiros Voluntários**

Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**

Rose Ceroni Canabarro e Nicolas Souza, **ASAFOM**

Vera Regina Boose, **Federação Espírita do RS – FERGS**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Denise Zulmira, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**

Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV**

Nicolas Vaz, **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL**

Mariana Santos de Azevedo, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH**

Neiva Conceição Dias Chaves, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS**

Tarsila Crusius, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**

DEMAIS PRESENTES:

Airton Ferronato, **Secretário Adjunto da SMIDH**

Gustavo Dal Ponte, **Coordenador FUMID**

Nilson Lopes, **SMIDH**

Viviane Anchieta, **Administrativo SMIDH;**

Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Informes e demais encaminhamentos;

3. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças.

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA

2. INFORMES E DEMAIS ENCAMINHAMENTOS:

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: Boa tarde a todos, boa tarde à plenária. Na quarta-feira passada nós tivemos a fala do Secretário Juliano aqui conosco e nós ficamos de conversar esta semana para podermos ver o que pensamos, o que queremos, o que temos de dúvidas e quais encaminhamentos ainda nós vamos tomar. Só para retomar, a proposta do Secretário Juliano foi uma troca de recursos onde a Secretaria pagaria o espaço do CMDCA, a estrutura, por 631.000, com a execução aproximada de 6 meses; o sistema de pagamento e controle, que é todo o sistema que nós precisamos, com mais ou menos uns 30 dias para se iniciar as tratativas, que é um pouquinho mais demorado também; e depois o SIPIA administrativo, que o sistema daria 1.500.000, e o administrativo para o SIPIA daria mais ou menos uns 30 dias para iniciar a parte burocrática, totalizando 1.357.000. Em troca disto, o Conselho Funcriança pagaria a Praça da Comunidade no valor de aproximadamente 3.300.000, que é com a instituição Ecos. Isso seria a contrapartida. Este valor seria pago por 10 meses pelo Conselho Funcriança. Quanto a essa questão do que nós pagamos e do que eles pagam, vocês têm alguma dúvida? Compreenderam o que eles vão pagar e o que nós vamos pagar? A Vera colocou no final de semana também no nosso grupo uma questão das praças de bairro. Não são as praças de bairro, só para clarearmos. O nome do projeto, do serviço que eles estão executando, é Praça da Comunidade, com a instituição Ecos, que é outra coisa além das praças de bairro. Queria ouvir vocês. O que vamos fazer? Quais são as propostas? Quais são as dúvidas? Acho que é bom deixarmos bem claro que

sem termos certeza nós não avançamos. Sem termos confiança e certeza não vamos avançar. Uma coisa que depois eu estava revendo, foi falado tanto pelo Gustavo quanto pelo Secretário Juliano, mais de uma vez, que teria uma placa, uma estátua ou tapete vermelho para a minha pessoa. Não, muito obrigada! [Risos]. Acho que tem que ter para as instituições ou para aquela criança e aquele adolescente lá, pois esse é o objetivo. Eu não quero, não sou o Renato Portaluppi. [Risos]. Só para trazermos essa questão. Eu queria ouvir vocês. O que aflige? Soube que conversaram um pouco. Acho ótimo podermos conversar, mas também queria dizer que o que tiver de dúvida vamos tentar encaminhar, ver o que conseguimos organizar e avançar. Mariana? **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Eu ia dar a sugestão de visitarmos as Praças CEO para vocês verem o que tem em cada espaço, para terem uma ideia do que são essas praças. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** É Praça CEO o nome? **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** É que chamamos aqui de Praça CEO. São 3 lugares: na Lomba do Pinheiro, na Bom Jesus e na Restinga. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Mas como a gente acha isso? **Francyne da Rosa, CEMME:** É nas Praças da Juventude que estão sendo executadas. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** São alguns cursos, reuniões, atividades. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Isso. Lá na Lomba do Pinheiro, parada 12, depois do Frei Luciano, tem um CRAS ali dentro, tem quadras de esportes, tem pista de skate. Aquilo se chama Praça CEO. Depois passou a se chamar Pracinha da Cultura, certo? Nesse endereço da parada 12 lá na Lomba e no endereço da Restinga tem uma entidade não governamental que recebe valores da Prefeitura e coloca educadores e oficineiros para fazerem o trabalho lá e manterem o espaço. E o da Bom Jesus é aquele em que está a Fundação Tênis dentro, captando dinheiro aqui do Funcriança. Aquele projeto da Fundação Tênis, que recebe dinheiro do Instituto Renner, paga todos os funcionários que trabalham naquele endereço da Bom Jesus. São os educadores e funcionários da Fundação Tênis do projeto que está aqui. É que eu acho que o pessoal não está se lembrando. **Francyne da Rosa, CEMME:** Na Bom Jesus é o Centro da Juventude. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Centro Cultural Esportivo da Vila Bom Jesus. Ali dentro está a equipe da Fundação Tênis. E a Silvia é a gerente da Prefeitura, o resto é tudo do time do colega da Fundação Tênis. **Francyne da Rosa, CEMME:** Praça CEO

não, é da Prefeitura, é a praça. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** O espaço físico sim, mas os professores de Educação Física e os lanches... **Francyne da Rosa, CEMME:** De 2 OSCs: tem a Fundação Tênis e tem a Ecos. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Isso. A Fundação Tênis é desde 2018. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** O que eu acho que temos que ver é que a instituição Ecos, pelo que eu verifiquei, não tem registro aqui. Uma das questões que precisamos fazer é o registro e a visita nessa instituição para começarmos o trâmite normal. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Essa instituição já tem parcerias com a Prefeitura? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tem parceria com a SMIDH e hoje faz essa Praça da Comunidade. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Essas outras também têm a participação da Ecos? **Francyne da Rosa, CEMME:** Não é nessa praça. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A Praça da Comunidade é um projeto que a SMIDH tem com a instituição Ecos. A instituição Ecos não tem registro e inscrição de programas aqui. No ECA diz que toda instituição que vai executar serviços com crianças e adolescentes tem que ter, independente de fazer parcerias ou não. Isso é uma questão que já podemos agilizar. Sabemos que não é exclusivo o atendimento dela a crianças e adolescentes, mas tem atendimento com crianças e adolescentes. Podemos organizar e ir lá visitar. Isso é bem tranquilo para nós. Eu queria ouvir vocês, o que pensam? **Francyne da Rosa, CEMME:** No meu entendimento, apostilamento foi o nome que ele deu para este trâmite, né? Na prática, é o CMDCA deliberando dinheiro do Fundo para ser aportado nessa OSC, mas para dar conta de três propostas que envolvem o CMDCA: a sede, o SIPIA e o Fundo. Pelo que eu entendi do Secretário Juliano, ele fez uma opção do orçamento do mandato da Secretaria. Esse orçamento está comprometido e não foi incluído o CMDCA. Ele fez uma opção, por exemplo, pelo SINE e pelo trabalho, em que foi investido dinheiro para a sede do SINE e do trabalho e não para a do CMDCA. Ele fez essa escolha e disse isso na semana passada. Nesta gestão, essas três propostas não sairão porque não tem orçamento para isso. A proposta é que venha do Fundo. Em relação ao montante de dinheiro, é um valor tranquilo, como ele falou, são os juros do mês. Acho que não é a questão do valor em si, mas de que são responsabilidades da Secretaria e de que estão propondo que o

224 Fundo, em parceria, possa executar esses três projetos. A questão é o precedente que se tem da
 225 SMAS de transferência de recurso, pois as secretarias agora também estão nessa ideia de que o
 226 Fundo possa financiar essas propostas. Daqui a pouco talvez recebamos uma proposta da SMED
 227 também de déficit infantil. É a mesma questão dos aparelhos de ar-condicionado dos Conselhos
 228 Tutelares, que essa proposta precisaria ter um processo SEI, as análises e algo por escrito muito
 229 bem elaborado. O que o Secretário Juliano nos apresentou na semana passada foram os projetos
 230 que a SMIDH já está executando. Tinha na apresentação o projeto tal dentro do orçamento que
 231 ele previu, mas não temos nada escrito sobre esta proposta dessas três questões que precisamos
 232 solucionar. Me parece que, se não for desta forma, nesta gestão não alcançaremos esses três
 233 objetivos. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e**
 234 **Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Sobre a questão do processo SEI, tem. Só não está tudo
 235 compilado, mas podemos fazer um único para vocês verificarem e verem. Tem o processo SEI
 236 referente à instituição e à parte de vocês, tem o projeto do engenheiro inclusive dentro desse
 237 processo SEI; tem o processo SEI do protocolo de pedido do sistema do Fundo; e tem o processo
 238 SEI referente à equipe técnica. O que podemos fazer é um SEI organizando dessa forma para
 239 ter maior entendimento, colocando em pauta os 3 projetos que vão ser abarcados se tiver as 10
 240 parcelas. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Formalizar a proposta. **Mariana Santos**
 241 **de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Sim,
 242 posso fazer. **Francyne da Rosa, CEMME:** Se vocês insistirem, na minha opinião também,
 243 tanto na resolução quanto no processo SEI são registros, mas não a garantia. A questão da
 244 execução da SMIDH é a responsabilidade e o compromisso de executar essas 3 propostas em
 245 prazos, com o estabelecimento de reuniões sistemáticas de atualização sobre esse processo e de
 246 transparência de cada etapa. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão**
 247 **e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Fazendo uma contraproposta em forma de nota
 248 técnica. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**
 249 **– Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu acho que é um cronograma de execução e aplicação.
 250 Não é nem aplicação de dinheiro, mas a aplicação da proposta. Por exemplo: o sistema vai
 251 demorar 6 meses; no mês 1, vamos sentar com o CMDCA e ver tal coisa; no mês 2, vamos
 252 sentar com o CMDCA e ver tal coisa; na reforma, vamos ver 3 vezes durante os 6 meses; vamos
 253 lá ver a planta, depois vamos lá ver a cadeira chegando, depois vamos lá ver o restante. **Mariana**
 254 **Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano –**
 255 **SMIDH:** Na parte da saúde em que eu trabalhava isso se chamava nota técnica, essa execução

256 e esse passo a passo. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Aqui pode ser
 257 um cronograma de execução e prestação de contas. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria**
 258 **Municipal de Assistência Social – SMAS:** Quanto mais simples, melhor. Eu tenho a impressão
 259 de que quanto mais elabora, pior fica e mais engessado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**
 260 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Queremos
 261 a certeza de não sermos enrolados. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:**
 262 Desses projetos que a Mariana está falando, nós já vamos ter uma sugestão de cronograma a
 263 partir do início para que seja cumprido? No projeto tem cronograma de execução das ações?
 264 **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento**
 265 **Humano – SMIDH:** Tem, na realidade não desse das 10 parcelas, mas tem lá um projeto antigo
 266 que tem que ser atualizado. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Então,
 267 atualiza e coloca. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
 268 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** O que queremos, na verdade, não é a execução
 269 da Praça CEO, e sim a execução da nossa parte: do sistema, do aluguel. Daqui a pouco demora
 270 20 meses para nos mudarmos daqui para lá, ficam nos enrolando e nós já pagamos as 10
 271 parcelas. **Francyne da Rosa, CEMME:** Para mim o prazo é o final deste mandato. O prazo é
 272 esse, porque se ultrapassar isso já tem outro orçamento de outro mandato. **Carolina Aguirre**
 273 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 274 **Presidente:** Mandato nosso ou mandato da Prefeitura? **Francyne da Rosa, CEMME:** O
 275 mandato dessa Secretaria, do Juliano. No próximo pode incluir o CMDCA. **Carolina Aguirre**
 276 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 277 **Presidente:** No máximo, para mim, seria em fevereiro. **Francyne da Rosa, CEMME:** Mas
 278 pensa que vai atrasar, o edital vai ser impugnado. O prazo máximo eu acho que é o final desse
 279 mandato, porque o próximo mandato pode incluir o CMDCA. A questão para mim é muito
 280 clara: não se incluiu esses três projetos dentro do orçamento deste mandato, fez-se essa opção.
 281 **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento**
 282 **Humano – SMIDH:** Na LOAS eu posso mostrar como funciona. Foram inseridos alguns
 283 orçamentos que foram cortados e congelados na grande maioria. O que você está dizendo é que
 284 no ano passado tinha entrado lá e vocês não foram contemplados por falta de recurso, congelou
 285 quase tudo. **Francyne da Rosa, CEMME:** Mas ele falou que fez uma opção. Ele incluiu o
 286 SINE e não incluiu o CMDCA, ponto. Não foi incluído. A maneira de resolver isso neste
 287 mandato é através do Fundo. No próximo mandato pode ser que o próximo gestor inclua o

288 CMDCA. Na minha opinião, queremos resolver esse problema o quanto mais rápido possível,
 289 tem dinheiro para resolver, mas sabemos que isso só chegou neste momento porque a Secretaria
 290 não priorizou o CMDCA, não incluiu no orçamento e não cumpriu a sua responsabilidade. Ela
 291 quer dividir essa responsabilidade com o Conselho. Nós queremos que aconteça, a questão é
 292 que não é a maneira adequada. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
 293 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A questão de priorização, eu lembro
 294 na época do Secretário Léo, em que foi a minha primeira gestão aqui. Isso foi há quase 4 anos
 295 ou mais, no primeiro mandato do Prefeito Melo. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria**
 296 **Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Foi em 2021 para
 297 2022. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 298 **Caimc (Topogigio) – Presidente:** Desde lá estamos na novela mexicana. Na LOA nós
 299 tínhamos um valor quanto CMDCA em que era de 1.000 reais. Lembra, Paulinho? **Paulo**
 300 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Não. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 301 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Para o
 302 CMDCA, enquanto Secretaria, era 1.000 reais. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
 303 **Criança:** Para o CMDCA gastar. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de**
 304 **Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** É que aquele era só um valor
 305 atribuído. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**
 306 **– Caimc (Topogigio) – Presidente:** Sim, é um valor de planejamento. O que eu quero dizer é
 307 que nós nunca fomos incluídos. Não quero ser mais pessimista do que tu, mas nós não fomos
 308 incluídos em outro mandato e não vamos ser incluídos em um próximo mandato. Quando o
 309 Conselho veio para a Secretaria da SMIDH, lá no início eu sempre disse que eles pensaram que
 310 vinha só o dinheiro e não o Conselho. Não pensavam que o Conselho vinha com os conselheiros
 311 ainda, que tinha que ter mesas e cadeiras. Tanto que quando chegamos aqui não tinha nada
 312 disso. Os mais antigos lembram bem dessa função. Nós tivemos que ir quase na briga para
 313 devolverem as nossas mesas, quase na briga por um montante de questões. Acho que nós
 314 avançamos bastante no reconhecimento dentro da Secretaria e avançamos bastante nas questões
 315 de acordos. É uma forma de resolver e não é a melhor forma de resolver. Carlos? **Carlos**
 316 **Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento**
 317 **Rural – SMGOV:** A minha questão é mais técnica, não é tanto querendo saber de cronograma.
 318 Para mim é importante, enquanto SMGOV, recebermos dos coordenadores do Conselho Tutelar
 319 de Porto Alegre, que se reúnem nas quintas-feiras à tarde, os 10... **Carolina Aguirre da Silva,**

Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:

Tu fala do SIPIA? **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança**

Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV: Uma confirmação de validação da proposta. O

administrativo do SIPIA não gera obstáculo nem refluxo na atividade de conselheiro. A equipe

técnica, com base naquilo que eu disse na plenária passada, que deve estar registrado em ata, a

SMGOV providenciou em 2005 e 2010, a pedido do Conselho de Porto Alegre, por duas vezes

equipe técnica: psicólogo, assistente social, advogado e administrativo. Por duas vezes o

colegiado, que não são mais esses colegas que estão hoje na cidade, 3 meses depois, nas duas

vezes, pediu para retirar. A questão é a nossa função de servidor público: nós temos que ter o

zelo com os recursos públicos. Se tu aprova um valor, coloca uma equipe para o Conselho e

daqui a 3 meses acontece o que aconteceu em 2005 e 2010, nós vamos ter um problema, certo?

Creio que tenhamos que ter a manifestação deles sobre esta proposta metodológica que visa

garantir apoio, melhoria, evolução e garantia de que o SIPIA vai finalmente ser implementado

em Porto Alegre, conforme foi a proposta do Secretário Juliano. Eu acho que isso é importante

para nós enquanto conselheiros de direitos da criança e do adolescente, e é muito importante

para o Secretário e para a Prefeitura que esse orçamento, se for aprovado, chegue e seja

viabilizada a proposta metodológica. Essa é uma preocupação que eu queria expressar agora

mais detalhadamente. A outra questão que a gente pensa também é aquela pendência de abril

de 2024: a Presidente do CMDCA e a Presidente do COMUI foram recebidas pelo André Flores

na SMOI, ele ainda é o mesmo secretário nessa pasta, e ele confirmou que faria a campanha de

arrecadação para os dois fundos: para o da Criança e o do Idoso, está em ata. **Carolina Aguirre**

da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –

Presidente: Dentro das empresas. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de**

Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV: Das empresas que a Prefeitura

paga pelos seus serviços contratados. Se o Gustavo Dal Piaz fizer uma pesquisa, que é fácil de

fazer no Portal da Transparência, ele vai identificar o que a gente identificou lá atrás com a

Carolina Aguirre e com a Leci Matos: nenhuma das empresas que a Prefeitura paga faz a

destinação da renúncia fiscal para o Fundo da Criança e para o Fundo da Pessoa Idosa. Talvez

façam em São Paulo, talvez façam em Minas, talvez façam na localidade de onde essas empresas

têm a sua matriz, certo? Mas nada impede que elas possam fazer uma revisão, assim como o

Itaú fez para o COMUI em 2015 e em 2019, quando aportou 22.000.000 em duas tacadas, sendo

que a sede do Itaú é em São Paulo. Por que colocou em Porto Alegre? Por causa da velocidade

que o Fundo do Idoso tinha na cidade, e o Ferronato ajudou à época a fazer com que o mês tivesse 26 dias. Nós ganhamos de Maringá, ganhamos de Curitiba e ganhamos de Floripa, o Sandro lembra. Esse foi o critério de definição do Banco Itaú para colocar 22.000.000 em Porto Alegre, certo? Se o Gustavo nos der essa confirmação de que essas empresas atuais não estão destinando recursos para o Funcriança e para o Fundo do Idoso, vamos colocar o outro junto também para não sermos belicosos com o nosso conselho do outro turno, que é terça-feira à tarde aqui, certo? O que nós podemos conseguir? Podemos conseguir imediatamente a reserva financeira de curto prazo, porque é em dezembro que essas grandes empresas fazem o desaguado dos recursos, é em dezembro que eles vão alocar os recursos. Teria que ser uma proposta de curto prazo para receber esse recurso. Teria que ter aquilo que o Frei Luciano fez nos anos 2009 e 2013, que é ter a rubrica no Funcriança e no Fundo do Idoso, teria que ser com a Presidente Ângela, uma rubrica de projetos de apoio ao Fundo. Não é de nenhuma entidade, é do Conselho. Quando avoluma aquele dinheiro, o Conselho delibera, como se faz aqui quartas à tarde ou terças à tarde no COMUI, para uma chamada pública X, Y, Z, ponto. Se esse recurso for viabilizado através de uma campanha da Prefeitura de Porto Alegre, já saberemos que aquilo que foi aprovado já foi suprido e talvez até antecipadamente aos meses em que o valor saísse do Funcriança. **Francyne da Rosa, CEMME:** É uma contrapartida. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Exatamente, está pendente desde abril de 2024. Não é uma proposta difícil de operar. Na época fomos lá com a Carolina e com a Aléssi, era só uma tarde com os empresários no Salão Nobre da Praça Montevideu, o Prefeito e alguns secretários, e ser oferecido lá o certificado de Empresa Amiga da Criança e Empresa Amiga da Pessoa Idosa. A colega Sônia, da Fazenda, em 5 minutos explica a renúncia fiscal, o lucro real, como sai, como entra e que ninguém cai na malha fina. Eles vão ficar felizes, recebem um pen-drive com os projetos do Funcriança e do Fundo do Idoso e vamos ver se no Natal acontece o que a gente planejou. Eu acho que isso seria fundamental, conversamos com o Paulinho na semana passada ainda, para ter esse aporte e a segurança de que isso pudesse ser um investimento na infância. De fato, pessoal, para encerrar, quem tem feito campanha para arrecadação do Funcriança e do Fundo do Idoso são as instituições. São só as instituições. O dinheiro só entra nos dois fundos por causa das instituições que têm certificado de captação e que fazem de porta em porta, telefonemas, e-mails ou visitas presenciais, como a Presidente do COMUI na semana retrasada teve uma visita fora do Estado, inclusive. **Francyne da Rosa, CEMME:** Uma pactuação que também acho que tem que ser

feita com a SMIDH é que a SMIDH não contrate nunca mais OSCs que não estejam inscritas no Conselho da Criança e do Adolescente. A SMIDH, enquanto Secretaria a que o Conselho da Criança e do Adolescente pertence, contrata OSC que não está inscrita aqui. É incoerente. Tem isso da SMIDH se ater nessa contratação. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Temos que nos fixar nas boas práticas. Há 2 meses eu e a Neiva defendemos que o COMUI visitasse a estrutura do CMAS. Hoje eu faço aqui a mesma proposta. Aquele conselho que já foi bem tenso e está muito tranquilo. Uma coisa que temos certeza lá é justamente isso que tu falou agora: nenhuma instituição entra no CMAS se não estiver registrada na Secretaria da Assistência, a não ser que seja com recursos do Tesouro. Se a SMAS quiser fazer um vínculo com uma organização não governamental com recursos do Tesouro e só aquela instituição faz aquilo que a SMAS precisa, isso é uma coisa. Agora, se existem outras instituições e se tem a necessidade do Fundo em que o CMAS delibera, como nós deliberamos aqui com o Funcriança, aí é como tu disse, não pode. Isso é uma coisa clara e tranquila para todos os conselheiros lá, sejam não governamentais ou governamentais. **Francyne da Rosa, CEMME:** Para o Conselho isso é claro. Agora, precisa ficar claro para a Secretaria. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** O Carlos está falando da Resolução 170. Questões quanto à Secretaria nós entendemos que tem uma legislação, mas eu sempre trato de que uma lei não vai superar a outra. Não é uma lei mais importante: ah, a minha lei é de 1996 e a tua lei é de 2004. Não existe isso, são leis. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Para encerrar, no dia do aniversário da FECCI, o André Flores me perguntou: "Nós não fizemos aquela campanha?". Eu disse: "Não, está pendente há 2 anos e meio". Então, ele sabe que está... Só o telefonema do Secretário Ferronato para ele avisando da campanha, ele já vai ter interesse, porque foi acordado que faria. **Francyne da Rosa, CEMME:** O Secretário Juliano se colocou à disposição dizendo que ele é da área. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Os contratos de Funcriança, Fundo do Idoso, Fundo do Trabalho e Emprego, de tudo que tem nessa Secretaria é do Juliano Passini, do Dani... não sei o sobrenome. E do Ferronato. Os contratos das empresas que estão no Portal da Transparência são do André Flores. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** No ano passado, quando fizemos aquela transferência para a SMAS, uma das contrapartidas foi a

colocação da empresa de mídia e divulgação para a campanha. Imediatamente a pessoa entrou em contato comigo, fizemos todas as ações possíveis, saímos em tudo quanto é lugar. Acho que foi bom, foi muito rápido, mas foi bom. Uma coisa que não aconteceu no ano passado, que acho que poderíamos articular junto com essa campanha, é a antecipação do recurso que os funcionários públicos faziam. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas é um adiantamento? **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Antecipação da destinação do Imposto de Renda do ano seguinte. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Aconteceu? Que bom. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** O que não acontece é uma divulgação pública de que isso está ocorrendo. Eu, a Silvestrin, a Sônia, a Otília e inúmeros colegas sabemos que tem, só que a Prefeitura não divulga. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A Secretária da Fazenda, a Ana Pellini, tinha dito que não iria acontecer, então que bom que aconteceu e que ela reviu isso. Mariana? **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Sobre o que o Carlos Simões pontuou no início referente aos 10 coordenadores de Conselho, essa proposta da equipe técnica e de implementação do SIPIA, que é uma obrigação e está no Estatuto do ECA, tudo isso foi passado por eles, foi uma demanda deles. Para evitar essa situação que o Carlos já trouxe em momentos anteriores para mim, vai ficar essa equipe a posto da UACT, que é a Unidade de Apoio Administrativo aos Conselhos Tutelares. Existe o trabalho dos conselheiros, que são autônomos e têm todo o aporte do ECA lá, e existe a questão administrativa, para a qual estamos pedindo apoio. Vamos alocar essa implementação do SIPIA dentro dos Conselhos, mas quem vai coordenar e administrar é a UACT, a Unidade de Apoio Administrativo aos Conselhos Tutelares. Já que o Carlos Simões trouxe essa questão, podemos chamar o Leandro Barbosa aqui, que é o coordenador-geral dos conselheiros, para compor com vocês ou pedir para eles se manifestarem via e-mail referente a isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Nós temos a ata do ano passado, quando eles vieram aqui e trouxeram essa demanda. Não trouxeram a equipe que vai trabalhar com a UACT, mas trouxeram a questão do administrativo para implantar o SIPIA. Entendo que a proposta da Prefeitura é a parte administrativa que está faltando na UACT e a

parte do administrativo propriamente dentro do Conselho. Paulinho? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Para falar da questão dessa combinação com a Secretaria, no tempo em que estou nesses 6 anos aí, desde a época da gestão antes do atual Prefeito Melo, que é o Marchezan, nunca esses caras valorizaram os conselhos da cidade. Teve muitos problemas. Na época, o Doutor Ferronato, que era vereador na época e era da comissão em prol dos conselhos, foi uma luta. Aqueles conselhos que tinham pouco recurso iam ser exterminados. Quiseram mexer no CMDCA, na Educação, no FASC, no COMUI. Com aquele comitê, eu representava o CMDCA na época, fomos lá na frente falar em prol dos conselhos e conseguimos reverter e manter como estava. Mudou a gestão e a gente vê que é a mesma coisa, não valorizam os conselhos. Tiraram a gente daquele espaço da Leonardo Truda e fomos jogados aqui com aquelas cadeironas de cinema ou teatro. Para a gente se organizar, não dava. As comissões, infelizmente, e isso teve sua parte positiva para o trabalho, com a pandemia, recorremos a trabalhar virtualmente, cada um na sua instituição, na sua casa, através de seu notebook, com sua internet, seu celular e tudo. Conseguimos vencer a pandemia. Promessas de ter um espaço, lutamos, Carol já estava na presidência, antes da Roberta, depois a Carol. Prometeram vários espaços. Fomos olhar um que depois a SMED não, o CME disse que já era deles, então fomos correr. Onde era o Procon municipal? Na parte de cima do Procon. Mas no fim, nem o CME ficou, não ficou nada. Depois, aqui sempre promessa: "Vamos ali olhar". Chegou o Secretário Juliano na plenária do fórum, que foi a primeira que ele participou, se não me engano foi na PUC ainda, ele disse que ia ter um olhar para os conselhos, para o CMDCA especialmente, falou que o Funcriança vai bombar, o fluxo, o CMDCA vai ter o espaço. Estamos até hoje aqui. No início do ano passado, fui convidado eu, Carol e mais uns 3 ou 4 conselheiros para olhar o espaço onde está o Sine e tem o espaço do CMDCA que está lá hoje fechado. Fui lá olhar hoje. Fechado. Eu disse assim: "Porque é o mesmo espaço", até dei o exemplo para alguns conselheiros, seriam essas duas mesas juntas. Teve o recurso: "Vou botar a toalha nessa mesa, a outra não é minha, não tem visibilidade, fica para depois". A gente tem essa mesa e a outra está lá. E nós estamos aqui. Sei que esse aporte, esses benefícios seriam bons para os conselhos, para os conselhos que a gente demandou isso aqui há muito tempo, até mesmo a questão do sistema, ainda no início da gestão da Carol. A gente já tinha até um SEI com um sistema junto à PROCempa, até mesmo para cadastramento, e não fluiu. Agora somos solicitados aqui, forçados também a ceder uma quantia para alguns benefícios que seriam atribuição do gestor público. Em todos os lugares é atribuição. "Qual a contrapartida? Você vai ter o sistema". Mas

então o CMDCA que está dando esse sistema, está dando tudo? E a contrapartida do gestor? Até 2014, se não me engano 2012 mais ou menos, o gestor da época tinha um aporte para o fundo. Não era muito, era R\$ 500.000,00 da Receita Federal. Então, dava uma boa partilha para as organizações. Não tem mais depois que mudou as gestões, de lá para cá não tem mais esse aporte da prefeitura. Juntando tudo isso, eu, como conselheiro de direito, não estou seguro de fazer esta votação hoje. Peço mais um tempo para ver se os demais concordam. Da minha parte, como conselheiro de direito, peço que não tenha a votação hoje, que a gente amadureça mais essa ideia desse aporte. Era isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mais alguém, gente?

Francine da Silveira Idiart, AHMI: Boa tarde, colegas. Penso que é importante a gente ter acesso a esse processo SEI. Sei que na semana passada não estava na plenária, estava fora, mas sei que foi feita uma apresentação em PowerPoint e explicaram um pouco da ideia, do que seria esse projeto. Seria interessante a gente ter acesso ao processo, ao conteúdo, ao material para podermos discutir, amadurecer entre os conselheiros, ter um entendimento mais claro, entender quem é a instituição a que se refere. Sei que ficaram algumas dúvidas se a instituição estava registrada ou não, acho que é importante também a gente entender um pouquinho melhor do que se trata. Penso que nenhum dos conselheiros que se encontram aqui, falo por mim, mas sei que todos que estamos aqui, seja sociedade civil ou governo, as secretarias, a gente tem a mesma causa, pela causa da criança. Os projetos que se referem à criança penso que a gente precisa ter um olhar especial, mas também esse olhar especial através da gente entender do que se trata. A gente não pode votar, deliberar de uma hora para outra com base em uma simples apresentação. Penso que é interessante a gente ter um entendimento mais aprofundado do que é, Carol, através do processo, do material. Teve uma colega que pediu inclusive no grupo esse processo para acessar e a gente poder fazer uma discussão de uma forma mais cautelosa. Também não me sinto segura para deliberar com base somente no que foi apresentado, falado na semana passada.

Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de Educação – SMED: Independente de qualquer coisa, acho que cabe chamar uma apresentação da OSC aqui no CMDCA, inclusive porque se existem projetos relacionados à criança e ao adolescente, não só por ter ou não ter uma parceria com a prefeitura, mas é uma OSC grande. Me surpreendo que ela não seja... Fundação Tênis, né? **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Não, é a Ecos. **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de Educação – SMED:** Mas é uma instituição hoje grande. De qualquer maneira, é uma

512 instituição grande e que tem projetos relevantes. O CEU é um projeto grande nosso em Porto
513 Alegre e tem que ter referência no atendimento de adolescentes e crianças. Acho que é
514 fundamental isso. De qualquer maneira, independente desta condução de apoio ou não apoio,
515 que a entidade seja convidada a se apresentar e a compor as entidades. Acho que até é legal elas
516 virem à plenária. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Carol, eu estava
517 na semana passada, assisti à apresentação e não tenho dúvidas de que o que foi apresentado é
518 relevante, é importante, vai trazer uma qualidade importante de cuidado para as crianças e de
519 integração de informações, que hoje é uma fragilidade grande. A gente da saúde que trabalha
520 direto com esses casos, até que consigamos acessar um expediente, às vezes perdemos 10 dias.
521 Esses 10 dias são fundamentais para a gente conseguir focar em algum caso de acolhimento, de
522 proteção dessas crianças e desses adolescentes também. A relevância não é dúvida, é muito. O
523 nosso espaço é muito relevante, a nossa estrutura nos dá condições, mas melhorar também
524 aquilo que foi proposto pela gestão por conta da utilização dos recursos também é. Acho que
525 não está em pauta a relevância de ambos. O que eu falei na semana passada e que acredito que
526 seja importante é que tenhamos acesso a esses projetos, que formalizemos essa situação, porque
527 nós todos estamos aqui, não somos daqui, nem nós e nem essa gestão. A Andreia, querida,
528 acabou de dar tchau, porque nós somos transitórios aqui. O CMDCA é perene, mas nós,
529 enquanto representantes. Que essa história fique, porque daqui a 6 meses pode ter outra pessoa
530 no nosso lugar e a história é importante que se mantenha. Também penso que temos que alinhar
531 com a secretaria como vamos acompanhar a utilização desses recursos. Não precisa entrar na
532 minúcia dos reais, mas que a gente veja: "Foi programado para o próximo trimestre tais ações.
533 Deu certo?". Aí se faz uma prestação de contas que não precisa ser na plenária, que pode ser no
534 processo. A nossa presidente ou alguém de nós olha o processo e traz um feedback de como ele
535 está andando. Isso também dá a transparência que a colega falou antes, e é dinheiro público,
536 dinheiro doado por nós, inclusive por mim. Quem doa quer que esses recursos estejam o mais
537 bem destinados. Tenho receio da gente protelar de novo. Respeito e, se for a decisão, a gente
538 espera, mas é porque sabemos que tudo é moroso. Quanto mais protelamos a votação, mais
539 tempo vamos levar para implementar o SIPIA, mais tempo vamos demorar para fazer os outros
540 passos. É a minha opinião. **Priscila Ballestrin, ONG Parceiros Voluntários:** Ao mesmo
541 tempo, Sônia, eu hoje ainda me sinto insegura, porque fiz a fala a semana passada no mesmo
542 sentido, de que entendo todo o mérito da importância, do quanto vai melhorar, mas ainda me
543 sinto insegura em como isso vai acontecer na prática. Sem a gente olhar o processo, como a

544 Fran falou, não teremos segurança e vamos votar sem segurança. Não me sinto segura ainda.
 545 **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento**
 546 **Humano – SMIDH:** Eu entendo tu, é Pri, né? Desculpa. Porque, na realidade, o que aconteceu,
 547 e a Fran também, foi feita uma proposta verbalizada, não foi trazido por escrito. Essa
 548 formalização é que faltou nesse ponto e eu concordo com vocês. Concordo com a ideia da OSC
 549 vir aqui visitar a gente, até para entendermos qual é o serviço prestado dentro do CEU, para
 550 conhecermos esse funcionamento. Acho que não só vindo da secretaria, mas a proposta de como
 551 vocês gostariam que isso acontecesse viesse de vocês e viesse da secretaria. E aí os dois
 552 acordassem e debatessem sobre a melhor forma. Eu sendo conselheira agora, não do governo,
 553 o que entendi é que eles necessitam da gente e temos a faca e o queijo na mão para negociar da
 554 forma que seria importante para nós. **Francine da Silveira Idiart, AHMI:** A gente entende
 555 superbem o que é necessitar, porque aqui estamos falando de instituições sociais que captam
 556 recursos, que se mobilizam para captar e que estão dentro de um processo moroso também para
 557 resgatar esses recursos. Sobre o que vocês trazem da urgência, da importância e da causa, temos
 558 uma compreensão perfeita, porque também estamos inseridos nesse contexto de que somos
 559 instituições que por vezes estamos dentro dessa situação que é o resgate e vai demorar um
 560 período, diante de todo o fluxo de passos que se tem dentro da secretaria. Temos essa
 561 compreensão, mas dentro de uma dinâmica de processo de análise, de ser prudente em relação
 562 à leitura, de podermos discutir, sempre que uma pauta foi lançada dentro do conselho
 563 trabalhamos juntos em prol do bem comum, em prol da mesma causa. Vejo que não podemos
 564 simplesmente chegar aqui e deliberar sem podermos amadurecer e ter uma segurança coletiva.
 565 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 566 **(Topogigio) – Presidente:** É só para pontuar: não temos a intenção de votar hoje. Não é para
 567 votar hoje. A ideia desde a semana passada é amadurecer. Sim, tem que ter o processo SEI; sim,
 568 tem que ser feita a visita; sim, tem que fazer o registro dessa instituição para depois irmos para
 569 o próximo passo. É uma questão de passo a passo, não temos como atropelar. Compreendo os
 570 prazos de execução, mas por execução estamos atrasados 4 anos. **Mariana Santos de Azevedo,**
 571 **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** O que quero
 572 deixar bem claro é que a minha fala foi justamente para vocês pensarem com calma. Eu entendo,
 573 como secretaria, a necessidade e a urgência, mas como conselheira, penso que vocês, tendo a
 574 faca e o queijo na mão, pensem bem. Vai ser aportada a questão do processo SEI para vocês,
 575 como falei para a Fran, vai ser a situação toda para analisarem. Em vez de só a secretaria fazer

a proposta, vocês também façam uma contraproposta para debater referente a isso. Entendo a demanda, mas entendo também o CMDCA ter esse cuidado referente a analisar bem esse processo. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Se não ficou clara a proposta quando falei anteriormente: um encontro de 2 horas com representantes de empresas que a prefeitura está pagando regularmente há anos, com ótimos serviços prestados, mas a renúncia fiscal deles não vem para nós. Queremos apresentar alguns vídeos de instituições que tiverem, um coral, uma orquestra jovem, uma apresentação, e entregamos certificados. Esse é o custo do evento: fazer certificados proporcionais ao número de empresários que vão estar lá no dia, chamar a imprensa, homenagear, entregar referendado pela Carol, pelo prefeito, pelo vice e secretários. Fotos, mídia, outro. As empresas que doarem para a rubrica do Funcriança em dezembro já vão fazer parte desse processo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Naquela época tínhamos feito até um selo. Nós tínhamos feito um selo para quem era o doador, só para a gente lembrar. **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da Divina Providência - Calábria:** Quando o secretário estava fazendo a apresentação na semana passada, falando das dificuldades financeiras, falta de pessoal para trabalhar no serviço de acolhimento e outros problemas, pensei: parece uma OSC. Porque é isso: falta de pessoal, falta de recurso e a necessidade de uma parceria. Enquanto OSCs, quando a gente fala que vai pegar dinheiro do fundo para fazer tal coisa, isso dói enquanto organização da sociedade civil, porque a gente também faz esse movimento de enviar os projetos, a captação, a solicitação de resgate, e o quão moroso e demorado isso é. A gente também falta pessoal, falta recurso e precisa desta parceria para executar as atividades da instituição. A nossa visão de como a gente enxerga essa situação é que sim, acreditamos de verdade que essa proposta vai qualificar a política da criança e do adolescente no geral, falando nesses termos gerais. A gente acredita que isso é relevante de fato e que a secretaria também possa enxergar os projetos das entidades da mesma maneira que esse projeto que a instituição escreveu, que ela está captando recurso. Isso também é relevante para a sociedade, isso também é relevante para a política, que esse recurso seja dispensado o mais célere possível para que isso possa ser executado e que dessa maneira a gente consiga ser mesmo parceria, que funcione nesse olhar de parceria de verdade. A gente precisa do recurso agora, como vamos fazer? Vamos fazer o processo da maneira mais transparente possível, que é o que estamos definindo aqui. A gente quer o processo SEI, quer saber como vai acontecer, como vai ser executado, assim como

608 a secretaria também nos demanda disso: quer o cronograma de execução, quer saber quando
 609 vocês querem receber, como vai ser isso e aquilo. Acho que esse é o olhar de parceria e esse é
 610 o olhar de construção da política da criança e do adolescente nesse contexto de parcerias. Queria
 611 deixar um registro assim. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), Secretaria Municipal de**
 612 **Assistência Social - SMAS:** Me veio: não dá para desempacotar todo esse pacote? A OSC na
 613 praça, que é uma parceria da prefeitura com a OSC, eu acho que o CMDCA está dentro de um
 614 contexto, mas o contexto é da SMED. O contexto da OSC não tem que ter relação com o
 615 CMDCA, tanto é que é uma parceria direta da prefeitura com a OSC. A OSC não está registrada,
 616 então isso para nós é gritante. Desempacotar, tirar essa OSC desse pacote. **Carolina Aguirre**
 617 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 618 **Presidente:** Mas tu não entendeu a proposta. A proposta é, e a Priscila e os conselheiros que
 619 estavam na reunião hoje da executiva com a Doutora Cristiane Catarina, ela reforçou a proposta
 620 que foi feita por ela até para o secretário: é uma troca de pagamentos. Nós vamos pagar um
 621 serviço que, no caso, o que foi escolhido pelo secretário é esse, poderia ser qualquer uma outra
 622 que tivesse criança e adolescente, e a gente vai pagar este e eles vão pagar 3 coisas para nós.
 623 Porque pelo dinheiro do conselho, Funcriança, nós não podemos pagar coisas para o conselho,
 624 porque a lei não nos permite. A lei diz que essa parte administrativa é da prefeitura. Para fazer
 625 de uma outra forma, nós vamos pagar algo que é da prefeitura e eles vão pagar algo que é da
 626 competência deles também, mas eles vão pagar com o dinheiro. É uma troca de dinheiro, é isso.
 627 Essa OSC pode sair, pode vir qualquer uma outra instituição, pode vir até uma empresa se for
 628 o caso. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Só que esses 3 milhões não
 629 voltam para o fundo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
 630 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu acho que, de uma certa forma, não vai
 631 voltar porque nós vamos pagar uma coisa igual. O que está sendo colocado é de que são os juros
 632 que saem, o valor dos juros de rendimento, é mais ou menos isso aí. O Carlos está trazendo a
 633 proposta de que este valor a gente capte, reverta ou retorne de uma outra forma do recurso em
 634 que seria de novo dos impostos para nós. É uma forma, gente, independe do que a gente vai
 635 pagar, a gente vai custear os bens para nós, as melhorias para nós. É isso, independe da forma.
 636 **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e**
 637 **Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Eu acho que a gente tem que olhar a proposta feita na
 638 semana passada como se fosse um projeto de edital. A gente recebe o projeto de entidade, faz a
 639 análise, faz os pareceres e faz as sugestões, certo? Inclusive faz visita. Foi sugerida visita nesses

endereços. Vamos fazer as análises, começamos a fazer hoje. Vamos fazer as sugestões. Eu fiz uma, vários colegas fizeram outras. Isso tudo amplia o que veio na semana passada. Eu acho que é isso que nós temos que fazer: seguir o nosso processo técnico, jurídico, financeiro e orçamentário para podermos encontrar aquilo que a gente espera também das instituições quando pedem registro aqui no Conselho da Criança. É isso. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Eu acho inclusive que as pessoas que não forem, não conseguirem ir para a visita, seria importante trazer o pessoal da OSC para apresentar. Seria melhor ainda. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu acho que a gente pode fazer as duas coisas, na verdade. Até acho que a gente já pode pedir, enquanto secretaria, até a Mariana, para essa instituição encaminhar a documentação para nós para registro. Daí até quarta-feira já nos encaminharam. Na quarta-feira eu já proponho que a gente faça a visita pela manhã, e aí podemos ver quais comissões, não só Registro, para fazer a visita. E também que a gente possa à tarde já ter a instituição aqui para falar para nós. E daí a gente vai eliminando. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Talvez eu esteja equivocada, mas estou pensando assim: essa instituição tem que ter registro conosco, mas ela é uma parceria com a SMIDH. Ela não vai fazer uma parceria com o CMDCA. Então por que ela tem que se apresentar para nós? Que relevância tem ela vir se apresentar? Eu acho que ela tem que ter registro. Registro, OK. Agora, nós não vamos fazer uma parceria com essa OSC porque ela já tem. Tanto que o secretário disse: o recurso para o pagamento da OSC já está aportado, já está separado, ele tem o recurso para pagar. Ele só ia retirar da OSC para fazer as três coisas e usar o dinheiro do fundo. Não enxergo que a gente tenha que ter alguma relação. **Nicolas Vaz, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL:** Eles têm vínculo conosco lá na SMEL. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Mas aí vem aquela questão de que toda a OSC que presta serviço tem que estar... **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Mas foi o que eu acabei de falar, colega: que ela tenha registro, que ela esteja registrada e está atendendo criança e adolescente, registro. Mas o CMDCA ter relação, ela vir se apresentar, não sei se a gente não está criando uma estrutura. A parceria dela é com a SMIDH, ela já tem aportado o recurso. O secretário ia pegar um recurso que pode ser para isso e ia pagar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A ideia é se

672 apresentar e clarear. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e**
673 **Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Ele deu essa sugestão justamente para deixar fixadas
674 as 10 parcelas, os 10 meses direitinho, e quem vai continuar pagando depois desses 10 meses é
675 a prefeitura. Foi justamente por isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
676 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Gente, vamos encaminhar.
677 Quais as questões que a gente vai fazer, então? **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria**
678 **Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Visitar os três
679 endereços, fazer a agenda com o André Flores. **Priscila Ballestrin, ONG Parceiros**
680 **Voluntários:** Eu queria, de alguma forma, que o primeiro passo, por mim, não sei se vocês
681 concordam, é entender o processo de como vai acontecer na prática essa troca de recursos. E aí
682 a gente ter de alguma forma garantias da execução da contrapartida, as três contrapartidas, que
683 fique um registro formal através de processo SEI e que dê uma segurança para a gente de que
684 as coisas vão acontecer e que legalmente está tudo certinho. Porque acho que é isso que a Fran
685 trouxe mais cedo. A gente passa por todo um processo de análise quando as organizações da
686 sociedade civil vão receber recursos. Eu gostaria de me sentir segura de que esses trâmites
687 também vão ocorrer, que a gente vai ter garantia de que a contrapartida vai acontecer e que as
688 coisas sejam formalizadas e corretas, seguindo trâmites corretos e legais como devem ser. Para
689 mim, o que me deixa insegura é isso: a legalidade e os registros formais deste processo. Que eu
690 deite no travesseiro com a cabeça leve, em paz, que eu assinei e concordei com uma resolução
691 que vai ser bacana e que eu não fique com receio de ter alguma coisa por baixo dos panos. É
692 nesse sentido a minha insegurança. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de**
693 **Assistência Social – SMAS:** E a Catarina, quando fez a conversa com a executiva, ela trouxe
694 que isso é uma questão legal? Porque é sobre isso. Tem um setor da prefeitura que tem que nos
695 balizar essa segurança. Ela trouxe alguma coisa diferente do que o secretário falou? É diferente,
696 não dá, é inviável? **Priscila Ballestrin, ONG Parceiros Voluntários:** O que foi explicado de
697 manhã é o seguinte: pela lei, pelo ECA, o fundo não pode custear coisas administrativas e de
698 estrutura. E para podermos fazer algo neste sentido, seria feita essa troca. **Neiva Conceição**
699 **Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Não estaríamos fazendo
700 nada ilegal, então. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
701 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É de forma viável. Não é legal, mas não é ilegal.
702 Não é imoral. Porque é a vírgula em que a PGM muitas vezes busca, é a vírgula que o advogado
703 busca, que em qualquer legislação tem essa vírgula. É ali onde a PGM trabalha e faz parte, o

que a gente reclama que eles trabalham mais para o lado do governo, mas é o papel deles, estão sendo pagos para trabalhar para o governo, não é para nós. Qualquer advogado que é pago por quem trabalha para aquele lado lá. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Vocês podem olhar depois o estatuto da Procuradoria-Geral do Município. O que tu pergunta é o que os procuradores responderão. É o jeito que a gente coloca o que queremos que sai do que desejamos. Exatamente assim. Se eu fizer uma pergunta: "O Paulinho Baiano pode fazer tal coisa fora do CMDCA?". Ela vai responder: "Não, ele foi eleito para ser conselheiro de direito do Conselho da Criança através do fórum de entidades e da resolução do CMDCA". É isso que a gente tem que ver: o que queremos da PGM? Aí a gente pega e faz um textinho direitinho. Porque se fosse como tu disse, Carol, aí estava arrumado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Vamos lá, tentando resumir o que a gente combinou. Mariana, por favor, vamos abrir um SEI enquanto secretaria. Solicite à secretaria para anexar no SEI a proposta que fizeram para nós, já com o cronograma de efetivação desses prazos e tudo mais direitinho, como se fosse um projeto, com as três propostas. Qual é o valor? É X. Qual é o período de execução? É X. Põe os espaços em que vai se dar para podermos ter uma noção. Com isso, também solicitar à instituição que faça o registro e inscrição no conselho. E aí, quando chegar a documentação, a gente organiza para a visita, que pode ser que não chegue até quarta-feira que vem. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Primeiro cria a rubrica. O Gustavo tem que criar ali, quando tu acessa o site do Funcriança, além daqueles projetos vigentes, tem que aparecer um quadradinho... **Francyne da Rosa, CEMME:** Sim, isso já na execução. Mas isso não vai aparecer como proposta da secretaria, vai aparecer como proposta do CMDCA. O que a Mariana vai colocar lá é a proposta dos três projetos e a execução disso. O CMDCA vai colocar em contrapartida ali que a secretaria se comprometa com a campanha. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Pensando como a Carolina Aguirre agora fez a analogia técnica da Lei 628/2009: se a gente cria uma rubrica "Projetos de Apoio ao Funcriança" e ela entra no site, quando a gente faz as visitas e no futuro se valida isso, isso vira projetos de apoio do Funcriança. Quando tu faz aquele encontro que homenageia as empresas e convida elas para destinar recursos para o fundo e a grana cai ali, isso significa que aquilo que a gente está aprovando e que a Carol disse: "Não é legal ou imoral, legal fica". É

736 essa questão. Porque vira uma proposta técnica de apoio à criança e ao adolescente. Não é uma
 737 simples retirada de grana para uma funcionalidade de execução pública, é uma política da defesa
 738 de direitos de criança e adolescente. É isso que eu estou dizendo para a Carolina. **Carolina**
 739 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 740 **(Topogigio) – Presidente:** A única questão que eu fico na dúvida na proposta que tu fez é a
 741 gente envolver isso com a captação do final do ano, vamos dizer assim. Porque, teoricamente,
 742 o recurso que a gente vai precisar já está captado, já está tudo OK, já está aqui. E aí você cria
 743 um a mais, entende? Não é vamos esperar juntar para. Isso aqui é um a mais. Voltando ali,
 744 então: a Mariana vai abrir o processo SEI, vai juntar tudo direitinho da proposta junto com o
 745 cronograma de efetivação. Vai vir para nós, para as comissões, e aí a gente começa a passar
 746 para as comissões e discutir para podermos fazer as análises. **Mariana Santos de Azevedo,**
 747 **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Para qual caixa
 748 manda? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**
 749 **– Caimc (Topogigio) – Presidente:** Para a secretaria, que a secretaria manda para Políticas, e
 750 aí pode mandar um e-mail para as três comissões. A Mari também vai pegar, vai entrar em
 751 contato com a instituição, solicitando que a instituição faça o registro e inscrição. **Mariana**
 752 **Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano –**
 753 **SMIDH:** E vou pedir para ela vir aqui também. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 754 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, acho
 755 que não precisa. Nós vamos lá visitar. Acho que é mais importante a gente fazer o rito normal.
 756 OK? Acho que fica mais encaminhadinho. Eu gostaria de colocar um prazo para nós de toda
 757 essa questão, porque eu tenho pavor de ficar enrolando. Me diz "não" uma vez e deu. Não gosto
 758 dessa função. Eu ia dizer, vamos decidir em agosto, mas não dá, terminou agosto. Acho que a
 759 gente pode decidir em setembro? Até o final de setembro? Temos um mês para decidir. Os
 760 editais nós já estamos combinando de começar a trabalhar na semana que vem para a gente
 761 também começar a se organizar. Eu até tinha pensado que a Larissa ia voltar na semana que
 762 vem, mas ela volta no dia 8. Mesmo assim acho que a gente pode sentar na semana que vem e
 763 nós, enquanto conselho, pensar o que a gente quer. **Francyne da Rosa, CEMME:** Eu acho que
 764 dos editais é isso, a gente precisa direcionar o que a gente quer. Vai ser um edital com temáticas
 765 dentro, um único valor aportado nesse edital, ou vão ser vários editais com temáticas e com
 766 valores desses editais para que a gente então foque a escrita do que a gente quer? Porque a gente
 767 tem vários modelos de escritas iniciadas e nunca concluídas. Sempre barra nos critérios de

768 seleção, que é a forma de edital que o CMDCA ainda não promoveu, porque até o ano anterior
 769 foi o credenciamento, foi aquele rateio, divisão, e que nos foi colocada como exigência que o
 770 edital tenha competitividade. Ou seja, por que vamos dizer, e nós teremos que dizer, que
 771 algumas OSCs não receberão? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
 772 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Na verdade, não é nem só que algumas
 773 vão receber e outras não. A gente até pode selecionar todas as OSCs, só que tem que ver que
 774 critério tu vai colocar para todas essas OSCs. Tem que pensar. Essa é a questão: não pode
 775 simplesmente colocar todas as instituições registradas no conselho. **Paulo Francisco da Silva,**
 776 **Pequena Casa da Criança:** Estavam escolhendo 200 projetos. Cada vereador com a sua escrita
 777 no CMDCA. 200 projetos é a maioria. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 778 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** O último edital teve 164.
 779 O que a gente chegou, até coloquei no grupo do WhatsApp as últimas versões em que a gente
 780 tinha trabalhado, foi tentar fazer por região, que daí por região e por serviço talvez a gente
 781 conseguisse abranger o máximo de instituições. Só que essa fala de atingir o máximo de
 782 instituições não é a fala que a gente apresenta para a PGM e para a secretaria. É a fala de
 783 atendimento de maior quantidade de crianças, maior número de crianças. É o contrário, é uma
 784 lógica um pouco diferente também. Uma das questões que eu trago muito forte é que quando a
 785 gente lançar realmente o edital, vamos ter que fazer uma formação para as instituições poderem
 786 participar, para a gente literalmente limpar aqueles projetos que vão ser barrados lá na frente,
 787 para a instituição apresentar o projeto exatamente como tem que ser. Senão vamos ter muito
 788 problema com as instituições depois, porque eles vão vir com o pensamento lá de trás. Na
 789 formação a gente já tem que trabalhar isso, senão vamos nos dar mal também. Se vierem 50 de
 790 200 já estamos ganhando. **Francyne da Rosa, CEMME:** Lembrando que o edital do CPA é
 791 diferente, não vai entrar nesse daí. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 792 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A gente pode ir pensando:
 793 o CPA, a pré-aprendizagem, são algumas coisas bem pontuais e o recurso era bem menor, a
 794 gente pode organizar bem diferente. No plano eu tinha que colocar um valor e coloquei todo o
 795 valor que temos no fundo: botei 30 milhões. O que estamos prevendo para 2026 e 2027 é usar
 796 o recurso. **Francyne da Rosa, CEMME:** Do CPA, eu fiz um esboço para trabalharmos,
 797 compartilhei no grupo para elaborar a escrita, como vai ser a metodologia e a execução, mas o
 798 cálculo que eu fiz foi de R\$ 1.200.000,00, 1 ano de CPA descentralizado nos territórios. Seria
 799 R\$ 10.000,00 por mês para 10 OSCs executarem em Porto Alegre. É o mínimo do mínimo,

800 porque eu queria umas 3 OSCs por território, mas 3 OSCs ia dar 3 milhões. **Carolina Aguirre**
801 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
802 **Presidente:** A gente também pode organizar e pensar. Só um parêntese: estávamos
803 conversando, eu e a Mariana, sobre a gráfica que estamos organizando para a conferência, e ela
804 disse: "Vou aproveitar e já colocar algumas coisas de campanha". Eu disse: "Isso, já coloca tudo
805 de campanha". Porque precisamos ter os materiais à disposição aqui já para quando precisarmos
806 trabalhar, e não quando chegar o Carnaval a gente ver que não tem. É isso que estamos
807 enfrentando há algum tempo já. Tranquilo? Podemos avançar para o próximo assunto? Quinta-
808 feira, no caso amanhã, às 14 horas, na Casa dos Conselhos, teremos a primeira reunião
809 verdadeira do Comitê da Escuta Protegida. Eu vou ver se consigo vir, mas precisamos depois
810 organizar quem dos conselheiros vai estar neste comitê. Precisamos logo em seguida conseguir
811 fazer os representantes do conselho. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde –**
812 **SMS:** Esse comitê é composto por quem? É aquele da Câmara de Vereadores, do vereador? É
813 é aquele que foi chamado pelo vereador? A primeira reunião foi lá. A Saúde já tem
814 representação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
815 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Estou pensando em alguém da sociedade civil,
816 porque já tem SMED, SMGOV, Saúde, acho que já estão todas as secretarias. Agora
817 poderíamos pegar a sociedade civil, que daí acaba não repetindo os conselheiros. **Mariana**
818 **Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano –**
819 **SMIDH:** Até porque na segunda reunião vamos fazer o segundo chamamento, porque acho
820 importante colocar algumas OSCs que são representantes de abrigos também: o Calábria, o Pão
821 dos Pobres. Isso tudo vai ser falado em plenária. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de**
822 **Saúde – SMS:** É uma representação também de porta de entrada para aparecer aquela demanda
823 dos bebês. Não me esqueci daquela demanda dos bebês, ela só tem aumentado o volume.
824 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
825 **(Topogigio) – Presidente:** Eu vou participar amanhã, já organizei. E quem puder, de alguma
826 instituição, de preferência quem tiver acolhimento institucional, Calábria, ASAFOM...
827 Organizamos depois também. Se puderem ir amanhã, já está. Outra questão também: quem é o
828 representante do COMPETE daqui do conselho? **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria**
829 **Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Era eu em 2024.
830 Tinha uma resolução lá da Roberta. Mas agora eu sou Governança no COMPETE, vocês têm
831 que indicar outro. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**

832 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Carlos, o que é o COMPETE? Quais os dias?
833 **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e**
834 **Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Comissão Municipal do Programa de Erradicação do
835 Trabalho Infantil. Ela é da SMAS por portaria, tem representação intersecretarias, mais de 15
836 pastas envolvidas, e faz o trabalho relevante para o enfrentamento ao trabalho infantil na cidade
837 de Porto Alegre. Tem articulações no município, com a Denise Brambilla no CEREST do
838 governo do estado, trocou agora, e teve articulações muito fortes com o MPT até 2024. O Doutor
839 Bernardo Schuch saiu, entrou a Fátima Cruz e ela prometeu uma reunião em agosto. O mês está
840 acabando e ela não confirmou para a Marília, que é a coordenadora do COMPETE na SMAS.
841 É uma reunião mensal de 2 horas na Casa dos Conselhos, normalmente segunda-feira alternada
842 com o conselho da assistência, que é o CMAS. Está ali o Conselho Tutelar, SMED, SMAS,
843 Governança, FASC, SMS, SMCEG, SMEL e assim vai. É bem importante e é só uma vez por
844 mês, das 14h às 16h, na segunda-feira em que não tem CMAS, sempre a terceira segunda-feira
845 do mês. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento**
846 **Humano – SMIDH:** Tem muita coisa desatualizada. O que iniciamos este ano e estou ajudando
847 é fazer de novo o chamamento para as instituições que já têm no processo SEI. O Conselho
848 Tutelar, o colegiado de Políticas trocou e não foi trocado o representante lá dentro do
849 COMPETE. O conselheiro do CMAS saiu. Na última plenária do CMAS pedi para a Angela
850 conseguir um. Até sexta-feira deve estar no processo SEI o chamamento para as secretarias que
851 não estão indo, que têm que ir. Vou fazer um e-mail e a Mai vai assinar, porque a Mai está como
852 representante. Vou ajudar a executar. Temos o grupo de trabalho referente à questão do ano que
853 vem e deste ano ainda, que tem a Semana Farroupilha. Inclusive o COMPETE confirmou dia 8
854 de outubro para o lançamento de todos os materiais novos do COMPETE que finalmente
855 conseguimos através da reprogramação do CMAS. No dia 8 de outubro, na PUC, vamos
856 organizar direitinho, fazer o lançamento geral e depois o lançamento do material vai ser
857 descentralizado. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Mariana, vocês
858 convidaram alguém do CRAI? Porque Secretaria da Saúde é uma coisa, CRAI é o serviço
859 especializado. Quem está representando? A Patrícia? É importante pela expertise deles.
860 **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento**
861 **Humano – SMIDH:** Estou falando desse grupo da Escuta Protegida. O CRAI está. O CRAI
862 não foi chamado na primeira reunião porque o decreto foi feito só com o poder executivo,
863 podendo ser chamado para convidado permanente, o que era decidido na primeira plenária. Foi

864 chamado o IGP, foi chamado o Hospital Presidente Vargas, foi chamado o CRAI, que é
 865 separado da Secretaria de Saúde, porque foi chamado o pessoal da Criança e do Adolescente da
 866 secretaria e foi chamado o CRAI. Foi chamado o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, são
 867 mais de 15 ou 16 instituições nesse primeiro momento para depois, nessa segunda reunião,
 868 serem chamadas as OSCs representantes dos abrigos, o que achamos muito importante. **Sônia**
 869 **Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Está bem, é importante, eles têm uma
 870 experiência de muitos anos e podem trazer uma série de vivências que já passaram para nos
 871 ajudar. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento**
 872 **Humano – SMIDH:** Na semana de prevenção à violência que a coordenação fez, conversei
 873 com a Patrícia e ela me explicou do acordo entre Estado, União e Município para ser o primeiro
 874 CRAI e me explicou muita coisa. A ideia sempre foi chamá-los, o problema é que no decreto
 875 não conseguíamos fazer esse chamamento oficial, convocação, mas esses órgãos foram
 876 convidados. Não estão como convidados permanentes no decreto, mas no regimento vão estar
 877 como convidados permanentes. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 878 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Temos que atualizar o
 879 representante do COMPETE e, na verdade, eu queria atualizar todas as representações, porque
 880 estamos com 10.000 representações e não tenho noção de quem está indo. Se não foi notificada
 881 é porque está indo, mas gostaria que pudéssemos atualizar. Vou dar a listagem de representações
 882 que tínhamos para podermos, durante a semana ou hoje mesmo, colocar no WhatsApp o que
 883 cada um representa enquanto conselho. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde –**
 884 **SMS:** Mas não é melhor fazer uma listinha e a gente... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 885 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É que às
 886 vezes é difícil porque as pessoas não respondem, responde um. É rapidinho, a Viviane já
 887 atualiza ali quem tem que estar e depois a gente tem que ir atrás de quem não está. **Francyne**
 888 **da Rosa, CEMME:** Eu inclusive ia sugerir da gente colocar as comissões que não estão em
 889 representação. Por exemplo, Comissão dos Editais, Comissão do CPA, Comissão de
 890 Monitoramento e Avaliação, que são comissões que demandam trabalho, demandam
 891 organização dos conselheiros, mas que não aparecem nas representações, que é COMPETE,
 892 mas os conselheiros estão comprometidos com essas comissões. **Carolina Aguirre da Silva,**
 893 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 894 **Presidente:** Demanda bastante. O que vocês acham, então? O que é melhor? Fazer a listagem
 895 e a cada um... E a gente questionar vocês, o que fica melhor? **Carlos Fernando Simões Filho,**

896 **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Eu
897 acho que, nem essa lista de presença passou hoje, na próxima quarta-feira vai ser presencial?
898 Passa a lista de presença e a lista das representações. Ali aparece COMPETE, aí vai ali Sônia
899 Silvestrin e Paulinho. Na do Evesca, na comissão da Ficaí. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**
900 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Enquanto
901 eu acho aqui no Drive, vamos lá. Outra questão, ontem nós tivemos a reunião com a Dra.
902 Cristiane Catarina. Nós começamos a conversar sobre os processos SEI para a gente poder...
903 aquele processo que é a questão do recurso com criança, questão de transferência, questão
904 também da resolução que a gente conversou no plano sobre a folha corrida. A Dra. Cristiane
905 Catarina deu até uma sugestão de texto, já compartilhei ali e depois posso compartilhar com
906 vocês no grupo também. Nós vamos organizar para a próxima semana uma reunião com ela
907 para falar sobre alguns processos em que são diferentes as análises entre a secretaria e os
908 despachos da PGM, para a gente poder organizar isso aí. Às vezes a gente tem um entendimento
909 e, dependendo da pessoa que está analisando, autoriza; dependendo da pessoa que está
910 analisando, não autoriza. Isso não dá, tem que ter um fluxo. Também trouxemos a questão da
911 demora da liberação do recurso e essas questões de burocracia. Outra questão que nós tivemos
912 foi a reunião com o Dr. Rodrigo do Ministério Público, na quarta-feira passada. Foi uma reunião
913 esclarecedora para o Ministério Público, para que a gente pudesse explicar mais o que é o
914 conselho, quais são os fluxos, qual o funcionamento. Infelizmente, e é bem a minha visão, eu
915 não vi uma reunião resolutiva. Realmente eu não vi e não vi uma reunião de encaminhamentos.
916 Deixei bem claro. Uma falta de compreensão, na verdade, e talvez seja porque não conhecem o
917 fluxo real do conselho, do fundo. Não tinham a compreensão, por exemplo, de que a instituição
918 fez uma carta de 3 milhões, até ela receber o recurso dela fica rendendo. E digamos que rendeu
919 mais 300 mil, qual é o valor que ela vai receber? 3 milhões e 300 mil? Não, ela vai receber 3
920 milhões. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social –**
921 **SMAS:** Isso tem que mudar, não pode. **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de Educação**
922 **– SMED:** A tua carta é de 3 milhões, tu tem que pôr um contador porque é tudo no mesmo
923 fundo e tu vai ter que pegar todos os rendimentos do fundo. **Neiva Conceição Dias Chaves,**
924 **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Mas depois que ela captar 3 milhões...
925 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
926 **(Topogigio) – Presidente:** Hoje eu estou dizendo o que tem na resolução. Se a gente vai mudar,
927 se pode ou não pode, já é outra coisa. Hoje o fluxo é esse. A Resolução 150 não fala em local

928 nenhum de que os rendimentos vão ser para a instituição. Pelo contrário, tem uma resolução
 929 que fala o que é o fundo livre, que compõe este valor que é captado ou que vem de rendimentos
 930 ali. E também não fala no ECA sobre rendimentos. Eu estou trazendo o que é. **Tarsila Crusius,**
 931 **Secretaria Municipal de Educação – SMED:** Para poder pagar o rendimento, teria que abrir
 932 uma conta específica para a captação de cada instituição, porque aí tu pega: deu tanto de
 933 rendimento, o montante vai total. Agora, como vai ter o fundo numa conta única com todo
 934 aquele dinheiro gerando e dizer que tantos centavos vai para cá? **Carolina Aguirre da Silva,**
 935 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E
 936 não só. Se tu faz um projeto de 3 milhões e deu 300 mil a mais, tu vai parar e vai fazer um plano
 937 de mais 300 mil. A tua carta tem que ser atualizada com mais 300 mil. Não é tão simples assim.
 938 Para mim, me espanta não terem esse tipo de conhecimento. São conhecimentos iniciais quando
 939 a gente vai falar de conselho. Os promotores me disseram: "As instituições não estão sabendo",
 940 que é o que aquela promotora falou lá, ela estava falando dos rendimentos. Ela disse: "Mas as
 941 instituições não estão sabendo". Eu disse: "Já complica a minha vida em relação às instituições".
 942 **Priscila Ballestrin, ONG Parceiros Voluntários:** Talvez ela confundiu o desejo da instituição
 943 com o que acontece, com a realidade. Não é que eles não saibam, é que eles querem de outra
 944 forma. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:**
 945 Eu acho que tem que fazer uma reunião para apresentar isso para eles. **Carolina Aguirre da**
 946 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 947 **Presidente:** Eu fiz lá. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência**
 948 **Social – SMAS:** Sim, mas tem que fazer mais. **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de**
 949 **Educação – SMED:** Ficou evidente um problema que é institucional e que o CMDCA tem
 950 pago muito caro e as entidades têm pago muito caro por questões que são institucionais, que
 951 não são da Prefeitura e que não são do CMDCA. Por exemplo, tem um momento de toda reunião
 952 do Ministério Público que o termo "ação civil pública" aparece. Nem que seja só para deixar
 953 registrado que se não der isso a gente não quer abrir uma ação civil pública. Toda reunião eles
 954 têm o altar da ação civil pública para a gente se ajoelhar toda audiência. **Carolina Aguirre da**
 955 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 956 **Presidente:** Por que eu estou querendo colocar isso? Porque existe uma demanda e é uma
 957 demanda de todos nós. O nosso primeiro ponto de pauta foi esse: precisamos atualizar e avançar
 958 na questão das prestações de contas, dos sistemas, essas coisas todas. Mas quando a gente vai
 959 falar com determinada instituição, não vou falar do fulano ou do ciclano que são os

representantes dessa instituição, há um olhar para o próprio umbigo que é assustador. Daqui a pouco perguntam: "Não podem fazer assim?". E aí eu tenho que dizer: "Tem que combinar isso com o Tribunal de Contas do Estado". A questão que é um problema para as entidades das certidões: a certidão vence no meio do processo e tem que ficar atualizando as certidões; uma certidão dura 1 mês, outra dura 6 meses, outra dura 1 ano. É um problema? É. É o CMDCA quem impõe isso? É a Prefeitura quem impõe isso? Não. Tem uma certidão que é federal, é o Governo Federal. Aí vem uma proposta, como quem não quer nada, de que: "Então quem sabe a partir de tal registro a gente não cobra tanto a atualização das certidões?". Eu digo: bom, combina isso com o Tribunal de Contas. Por quê? Porque se o CMDCA acordar isso com o Ministério Público e a Prefeitura disser: "Então, está bom, vamos agilizar isso e passar um dinheirinho com uma certidão vencida", vai no CPF da Carol, vai no CPF do prefeito, vai no nosso CPF também. Só que isso foi proposto por uma promotora numa reunião que estava sendo gravada. A mesma coisa das revisões de normativa, que passam a valer a partir da publicação da normativa, que é uma das coisas que o CMDCA está passando. Eu acho que é importante a gente entender e poder falar abertamente que é um baile difícil de contemplar, no sentido de que as instituições estão esgolepadas porque existe a demora de passar o recurso e uma série de questões, mas ao mesmo tempo tem a incidência do Tribunal de Contas, do Ministério Público, etc., e que às vezes eles não se entendem entre si e ficam dando orientações em que uma vai para um lado e outra vai para o outro, ou às vezes elas se confrontam entre si abertamente, como essa de dizer: "Com tais e tais condições a gente poderia diminuir a exigência das certidões". Não pode. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** É só para contribuir: como hoje tudo é integrado, o sistema de instituições que têm parceria com a SMED, com a SMAS, com a SMIDH, com a Cultura, e são os mesmos documentos, isso podia ser integrado. Se eu estou ok com a SMED, certamente as minhas certidões estão ok. Isso pode ser conversado, acho que é bem tranquilo. E hoje no link a própria Vara de Justiça vai lá e pega a minha certidão. Se estiver vencido e ela tem um prazo, o problema todo eu acho que está se levando a questão de prazos. Porque tu faz uma projeção, se nós falarmos do fundo aqui, porque o conselho existe sem dinheiro, ele é um órgão fiscalizador da política, consultivo. Nós estamos falando agora do fundo. Nesse sentido, por isso eu acho que vem a gente pensar em implantar o sistema, tanto para as prestações de contas, que é arcaico, tanto para o Conselho Tutelar, porque hoje a gente viu no Matinal ontem que tem 36 crianças e adolescentes em situação de rua e que moram na rua. Se nós tivermos um sistema integrado, estamos falando aqui da tua certidão que eu vou na

992 hora buscar, eu vou saber dessa criança onde ela foi atendida, por quem ela passou, onde ela
 993 está. É nesse sentido de a gente poder integrar o sistema, porque eu acho que é uma questão do
 994 sistema. A demora, não sei se é servidor que falta, aí é outro compromisso que não está no nosso
 995 escopo. Mas hoje o que eu vejo que falta aqui é um sistema. Não vou ficar no que eu acho ou
 996 fazer uma planilha em Excel. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
 997 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Em resumo, a reunião no MP eu
 998 esperava que pudesse ser mais resolutiva. **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos**
 999 **da Divina Providência - Calábria:** Sobre a validade das certidões que entrou na pauta aqui, o
 1000 Decreto 23.157, lá no capítulo IV, inciso V, diz assim: "A verificação da regularidade fiscal da
 1001 organização da sociedade civil parceira deverá ser feita pelos próprios órgãos ou entidades do
 1002 município nos correspondentes sítios eletrônicos oficiais da internet, dispensando-se as
 1003 organizações de apresentarem as certidões negativas respectivas". Se alguém do jurídico ou
 1004 secretaria quiser uma certidão nossa, ela mesma que pegue conforme o decreto municipal. **Sônia**
 1005 **Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Quando a gente faz qualquer parceria ali
 1006 na Saúde, eu vou direto na empresa, pego da empresa e anexo no processo. [Falas
 1007 concomitantes]. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social**
 1008 **– SMAS:** Da pesquisa tu está falando? **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Não, estou
 1009 falando do Matinal que saiu ontem. Ontem nós tínhamos reunião de coordenação e veio essa
 1010 notícia. É nesse conselho aqui que a gente discute. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de**
 1011 **Saúde – SMS:** Mas não falou a fonte, quem identificou essas crianças? **Rose Ceroni**
 1012 **Canabarro, ASAFOM:** É o Matinal que trouxe. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria**
 1013 **Municipal de Assistência Social – SMAS:** A UFRGS fez... foi encomendado para a UFRGS,
 1014 agora em 2026, uma pesquisa sobre a situação de rua. A UFRGS vem apresentando essa
 1015 pesquisa em vários espaços. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** De crianças e adolescentes?
 1016 **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Não,
 1017 população de rua. Só que dentro desta pesquisa eles também pesquisaram crianças e
 1018 adolescentes de rua hoje, que tem 36. Esse foi o resultado que eles trouxeram porque cruzaram
 1019 com o Cadastro Único e com o e-SUAS. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde –**
 1020 **SMS:** Eu acho difícil, pelo menos os nossos a gente tem... **Neiva Conceição Dias Chaves,**
 1021 **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Eu vi essa reportagem no Instagram.
 1022 Toda vez que tem criança envolvida é abrigada. Não participei de nenhuma reunião, mas eu sei
 1023 que existe esse dado. Ontem, só para eu concluir, a Vera apresentou no fórum... **Rose Ceroni**

1024 **Canabarro, ASAFOM:** Mas não totalmente de rua, em situação em algumas horas, trabalho
 1025 infantil. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social –**
 1026 **SMAS:** Esse é rua-rua, morando na rua. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde –**
 1027 **SMS:** As nossas equipes da Saúde, toda vez que identificam situações assim, imediatamente
 1028 nos chamam. Eu vou perguntar para as nossas meninas do Consultório na Rua. **Carolina**
 1029 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 1030 **(Topogigio) – Presidente:** Eu não estou achando a reportagem. Eu tenho a reportagem. **Neiva**
 1031 **Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Só que o que
 1032 a gente tem de dados, a gente sabe que é uma pesquisa feita pela UFRGS e que eles... **Rose**
 1033 **Ceroni Canabarro, ASAFOM:** O Matinal botou, então isso faz uma diferença. Tirou de algum
 1034 lugar. A gente tem que chegar e perguntar para eles. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria**
 1035 **Municipal de Assistência Social – SMAS:** Tem que perguntar para o próprio jornal se é dessa
 1036 pesquisa que eles pegaram. Eu sei que estão circulando vários dados desta pesquisa, imagino
 1037 que... **Nicolas Vaz, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL:** “Observatório
 1038 Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, OBPRua/Polos da
 1039 Federal de Minas Gerais, em parceria com a Rede Nacional Criança Não É de Rua, a partir de
 1040 dados...” **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social –**
 1041 **SMAS:** Então, não é da pesquisa que a SMAS encomendou. Nem tudo que está na rua está no
 1042 CadÚnico. E o contrário também, nem tudo que está no CadÚnico está na rua. **Lucas de**
 1043 **Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da Divina Providência - Calábria:** O grande lance
 1044 é a atualização do Cadastro Único. Essa família, esse dado foi lançado e quando foi atualizado?
 1045 A realidade da família já mudou. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 1046 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A gente entra na mesma
 1047 situação da questão de trabalho infantil também, que eram 300 e alguma coisa crianças. Quando
 1048 eu vi essa reportagem da FASC de que eram 300 e poucas crianças em trabalho infantil, isso é
 1049 um número pequeno, que é possível diminuir ainda mais, erradicar até. É bem preocupante,
 1050 ainda é preocupante porque são 36 crianças ou 300 crianças. **Francyne da Rosa, CEMME:** Há
 1051 uma subnotificação desse número. Eu sei pela minha região porque acontece muito. Muitos
 1052 adolescentes que eu tenho foram contrarreferenciados para a básica para a superação desta
 1053 situação de trabalho infantil, mas na prática nunca abandonaram esse trabalho infantil. Eu tenho
 1054 famílias, por exemplo, estou até acompanhando esse caso, que a família toda, a gente atendeu
 1055 os 5 irmãos. O irmão mais velho com 18 anos já saiu, no ProJovem era trabalho infantil, a irmã

1056 depois, aí vem o menor. Esse aqui superou 18 anos, a família não superou o trabalho infantil,
 1057 superou que 18 anos não é mais trabalho infantil. Há uma subnotificação desse número de
 1058 trabalho infantil. **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de Educação – SMED:** Logo que eu
 1059 vi isso, inclusive porque tem um número importante de crianças em primeira infância colocadas
 1060 nessa reportagem, eu fiz uma pergunta para a Méri, que compõe pela FASC, pela SMAS, o
 1061 Comitê da Primeira Infância, porque eu achei muito estranhas algumas coisas. Essa matéria fala
 1062 algumas coisas que são importantes, dá algumas informações, mas em outras a gente precisa ter
 1063 uma certa cautela na interpretação. Uma coisa é ter uma marcação no CadÚnico como situação
 1064 de rua, outra coisa é se o bebê está morando na rua, são coisas diferentes. Outra coisa é a
 1065 atualização: quando tu tens uma marcação no CadÚnico, ela entra no CadÚnico pela questão
 1066 da vulnerabilidade, mas daqui a pouco tem a incidência de ações, de políticas, de acolhimento,
 1067 etc., que às vezes não se atualizam no CadÚnico. O que eu achei que teve de informação
 1068 importante nessa matéria é um destaque que coloca o que a partir de 2016 é considerada a
 1069 questão de crianças e adolescentes em situação de rua. Eu acho importante ler aqui porque está
 1070 muito misturada com a questão do trabalho infantil. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal**
 1071 **de Saúde – SMS:** Mas está escrito no artigo? **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de**
 1072 **Educação – SMED:** Está escrito nesse artigo e eu acho que é uma informação importante,
 1073 porque tem várias questões que têm que ser pontuadas. Daqui a pouco entra como situação de
 1074 rua, se incidem as políticas e de repente não está atualizado no CadÚnico. É o seguinte:
 1075 “crianças e adolescentes em situação de rua são sujeitos em desenvolvimento com direitos
 1076 violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou
 1077 sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou
 1078 risco pessoal e social, pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e
 1079 comunitários, prioritariamente em situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de
 1080 acesso e/ou permanência nas políticas públicas”. Eu senti falta, gostaria que tivesse... A situação
 1081 hoje é essa? Nós temos esse número de crianças em situação de rua em Porto Alegre? O que é
 1082 considerado isso? Porque nós temos as abordagens, temos incidência de políticas, de
 1083 abrigamento, etc., e parece que ontem tinha 15 crianças de menos de 6 anos morando na rua, o
 1084 que dá uma sensação que eu acho que não corresponde. **Mariana Santos de Azevedo,**
 1085 **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** O COMPETE
 1086 fez um projeto ano passado, retrasado, e com a reprogramação das PETIs vai ter uma pesquisa.
 1087 Eles vão fazer todo um monitoramento para saber quantas crianças estão em trabalho infantil,

1088 fazer esse levantamento. Isso está dentro do projeto que eles apresentaram para nós dentro do
 1089 COMPETE. Se sáísse o valor das PETIs, a gente conseguiria fazer esse levantamento além de
 1090 todo o material. A gente vai ter uma pesquisa mais concreta, específica, para saber se é verdade
 1091 ou não. Porque hoje se pensou em cruzar dados da SMAS, mas a gente apontou que não era o
 1092 suficiente. Era isso. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança**
 1093 **Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Eu penso que a questão é mais simples, pessoal,
 1094 porque o João da Luz, que era o nosso colega ali do Pão dos Pobres, está naquilo que era a
 1095 FEPETI trabalhando com a Dra. Denise Brambilla. Eu creio que quem assumir a vaga na
 1096 COMPED pelo CMDCA pode, antecipadamente, ver com o João da Luz a listagem deles
 1097 atualizada deste semestre e com a Dra. Marta Cruz, do MPT, que é quem ficou no lugar do
 1098 Bernardo Schuch, a relação de diligências em Porto Alegre de janeiro a agosto. Juntando os
 1099 dados dos dois lados, teremos certeza de quantos estão em trabalho infantil na cidade de Porto
 1100 Alegre e com aquelas designações de rua sobrevivência ou rua moradia. Aí a gente não vai ter
 1101 dúvida de quantos são. Eu conversei com a Neiva ontem à noite sobre essa matéria, aquela
 1102 Neiva lá da SMAS, porque a Neiva está nessa área há uns 30 anos também, que nem eu. E a
 1103 gente estava conversando ontem: se esse número é de fato verdadeiro, a gente está a 20 crianças
 1104 e adolescentes daquele patamar de 2016, te lembra? Quando o Fortunati sai do governo da
 1105 Prefeitura, ele entrega a Prefeitura com 16 casos notificados em situação de rua em 2016, certo?
 1106 O que acontece na gestão Marchesan? Ele refaz o Programa Ação Rua e diminui as abordagens
 1107 diárias, e aí volta tudo. Não ter crianças em situação de rua moradia ou rua sobrevivência e
 1108 adolescentes cronificados com o abuso do crack é pela intensidade diária de abordagens.
 1109 Quando tu reduz, na gestão Marchezan Júnior, tu tem um retrocesso. Quando o Melo assume
 1110 em 2021, retoma o procedimento anterior a 2017. Quem é do CMDCA da época, a Neiva e eu
 1111 éramos, ela pela sociedade civil e eu pela Prefeitura, agora os dois pela Prefeitura, é assim que
 1112 a casa funciona. **Francyne da Rosa, CEMME:** A outra questão também é do adolescente em
 1113 trabalho infantil, porque para o adolescente existe ali um julgamento se está ou não em trabalho
 1114 infantil. Eu tenho um adolescente, por exemplo, dessa família que eu falei, são 5 irmãos que a
 1115 gente está atendendo. Agora a gente está com 2 desses irmãos, 3 já passaram, já fizeram 18
 1116 anos, e ele está para fazer 17 anos em maio do ano que vem. Ele não vai entrar em
 1117 acompanhamento de novo por trabalho infantil, essa família que já foi contrarreferenciada para
 1118 a básica para a superação dos outros irmãos. Ele já está com 17 anos, mesmo que o trabalho
 1119 dele seja informal e que esteja prejudicando a escola. Eu tenho a mesma situação de

1120 contrarreferência da equipe do CEAS de um menino que trabalha na feira e a vida dele é a feira,
 1121 é isso. Eu também estou com outro adolescente, que inclusive encaminhei para o Conselho
 1122 Tutelar, que está trabalhando em mercado, no horário de jovem aprendiz, das 5h às 9h, mas de
 1123 forma informal, ele tem 16 anos. Para adolescente, se tem uma avaliação diferente da criança
 1124 com relação ao trabalho. Mas com relação ao prejuízo, esses meus adolescentes, nenhum dos 3
 1125 que eu citei estão sendo acompanhados pela Ação Rua, pela equipe do CEAS, e os 3 estão com
 1126 a aula comprometida porque estão trabalhando. E 2 destes já foram CEAS, não são mais, a
 1127 família não vai retornar para o CEAS porque existe uma fila de espera para entrar no
 1128 acompanhamento do CREAS e do CEAS. Essa subnotificação, por mais que o Ferrari traga:
 1129 "Nós vamos ter a certeza de quantos têm". **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 1130 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Acho que
 1131 são duas questões. Acho que sim, é uma roda. É lógico que se tu diminui as abordagens, se tu
 1132 diminui o serviço porque acha que não tem crianças suficientes para tantas pessoas buscarem a
 1133 abordagem ou fazer a abordagem, aumenta. Tu diminui a abordagem, aumenta o pessoal na rua,
 1134 é lógico. Mas ao mesmo tempo nós estamos, enquanto cidade, a gente vai ter que pensar uma
 1135 forma do trabalho infantil depois dos 17 anos. Está grande, gigantesco. É a criança ou o
 1136 adolescente que vai no Cecovens, é aquele que tem frequência na escola e está lá no trabalho
 1137 infantil. Eu acho que a gente pode até fazer uma provocação para a Neiva agora, que a gente
 1138 falou que ia chamar a SMAS e não chamou, para a gente falar sobre o trabalho infantil e falar
 1139 sobre a questão da abordagem de rua. Eu acho importante a gente chamar a SMAS para ter essa
 1140 apresentação e a gente também questionar essas questões de como pensar, porque se a gente
 1141 não pensar, em algum momento a gente vai ter que pensar. **Mariana Santos de Azevedo,**
 1142 **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Dois pontos: a
 1143 Ação Rua funciona hoje, a abordagem de rua funciona hoje até as 22h, primeiro ponto. Segundo
 1144 ponto, e isso foi trazido pelo coordenador dos conselheiros tutelares, a seção para fazer denúncia
 1145 de trabalho infantil é a 7, a posição 7 do 156. Quem é que vai esperar até a 7ª posição? **Carolina**
 1146 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 1147 **(Topogigio) – Presidente:** Eu liguei para o 156 e não tem trabalho infantil no 156. Pelo site do
 1148 156 não tem trabalho infantil, a não ser que tu fique lá dentro dos serviços procurando, ainda
 1149 tem uma outra aba lá. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e**
 1150 **Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Isso é o pior, tu entende? Como vai contabilizar isso, a
 1151 pessoa fazer denúncia ou alguma coisa referente para a abordagem de rua ir fazer a abordagem,

1152 se está lá na Central de Abordagem? Mas tu entende a gravidade? A gravidade referente a isso
 1153 e até pior: a gente está vindo para ações que no ano que vem, por exemplo, vai ter Copa do
 1154 Mundo Feminina. Pensa se não vai quadruplicar essa situação toda que a gente está enfrentando.
 1155 Se a gente não se posicionar agora, que venha trabalho infantil ou Ação Rua, a abordagem de
 1156 rua passar para posições iniciais. Porque não sei se vocês já ligaram para a abordagem de rua:
 1157 vocês têm que dizer de onde é, o endereço, o telefone, o nome direto, descrever como é que era
 1158 a pessoa que está em situação de rua ou fazendo o trabalho infantil. É horrível, não é uma coisa
 1159 simples para resolutivo e tu também não tem retorno, a não ser que tu mande um e-mail com
 1160 protocolo, um segundo protocolo, porque o primeiro é de atendimento e o segundo é da
 1161 solicitação que tu fez. A gente enfrenta isso todos os dias porque faz a abertura do canal ali para
 1162 a Ação Rua das pessoas que estão aqui na frente da SMAS ou do prédio da SMIDH, ou do
 1163 prédio do lado, que estão dormindo nos dias de chuva e tudo mais, a gente faz a ligação. Isso é
 1164 uma coisa com que a gente também teria que se preocupar, porque quem é que vai ficar um
 1165 tempão fazendo essa situação toda? Não vão, acabam desistindo de fazer a denúncia e isso para
 1166 nós é horrível, porque a gente não vai ter dados e não vai ter uma ação suficiente para fazer essa
 1167 demanda. **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da Divina Providência -**
 1168 **Calábria:** A equipe de abordagem, pelo menos na época em que eu trabalhei, tinha 72 horas
 1169 para responder a situações de adultos. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de**
 1170 **Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Até 4 dias para responder, para ir até o
 1171 lugar. Para fazer a ação, eles têm 4 dias. **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos**
 1172 **da Divina Providência - Calábria:** De criança e adolescente era na hora, em caráter de
 1173 urgência. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**
 1174 **– Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu estou no aplicativo do 156. Aqui tem inscrição de
 1175 crianças na educação infantil, mas não tem aqui, de fácil acesso, a questão de denúncia. **Sônia**
 1176 **Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Será que isso nunca foi pauta da
 1177 COMPETE? Otimizar o acesso das pessoas da comunidade para fazer a sinalização de situações
 1178 de trabalho infantil? **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e**
 1179 **Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Eu acho que seria conjunto, COMPED e CMDCA.
 1180 **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Uma pena que o Carlos não está
 1181 aqui, mas provavelmente já tenha sido, porque no 156 só faz melhorar, mas esse item a gente
 1182 não melhorou. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Por isso a importância das campanhas e
 1183 de um número que não seja esse tormento. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde**

1184 – **SMS:** Ou que o direcionamento seja mais rápido, com menos burocracia. **Carolina Aguirre**
 1185 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 1186 **Presidente:** Aqui no 156, pelo aplicativo, tu tem que ir em "Solicitação de Serviços", depois
 1187 em "Social" e aí tem: "Qual é o seu problema? Pessoa em situação de rua e trabalho infantil".
 1188 Aí tu vai, põe no mapa onde tu está e vai para os próximos passos. Mas eu deduzi, né. Eu fui
 1189 entrando em 4 ou 5 links aqui para ver se eu achava. Uma pessoa que quer fazer uma denúncia
 1190 na hora já desiste. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Mas se eu não
 1191 souber e entrar lá no Google e perguntar "como notificar trabalho infantil em Porto Alegre",
 1192 será que não vem? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
 1193 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Pode ser que sim, eu nunca tentei. **Rose Ceroni**
 1194 **Canabarro, ASAFOM:** Geralmente a gente conhece quem trabalha na Ação Rua e tem acesso
 1195 fácil, mas não pode ser assim, tem que gerar protocolo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 1196 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** "Como
 1197 denunciar trabalho infantil em Porto Alegre: de forma rápida e segura através da Central 156
 1198 ou pelos canais do Disque 100". Vão deixar esperando musiquinha ainda e o Ministério Público
 1199 vai em cima. Vamos só retomando: para a próxima quarta, vamos marcar a apresentação da
 1200 SMAS sobre trabalho infantil. O que mais, gente? Plenária não, comissões? Só Monitoramento
 1201 e Avaliação? Então, vamos lá, só essa? **Nicolas Vaz, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**
 1202 **– SMEL:** A gente tinha que ver o negócio da ABRH, que a gente está com aquele registro de
 1203 aprendizagem que é quase todo remoto. A gente ficou no questionamento se entrava ou não.
 1204 **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** 100% remoto em Porto Alegre não. Nós temos
 1205 indicadores de que remoto não pode ser. Tem portaria, tem decretos, tem um monte de coisas e
 1206 tem por número da população. Na reunião passada eu estava lá no FEAP, Fórum Estadual de
 1207 Aprendizagem Profissional. **Francyne da Rosa, CEMME:** Não é totalmente remoto, acho que
 1208 tem essa diferença. A ESBET faz os 30 primeiros dias remoto. Eu tenho um adolescente que
 1209 veio do ProJovem, iniciou no Jovem Aprendiz pela ESBET no Supermago na Ipiranga e fez 30
 1210 dias online, que é o primeiro curso. Depois, agora ele faz 4 dias no mercado e 1 presencial lá na
 1211 ESBET. Existiram 30 dias online, na prática isso acontece. Na ABRH, eles nos falaram que
 1212 estão ainda estruturando essa parte de online e presencial, mas que vão seguir a legislação da
 1213 aprendizagem, porque ainda não implementaram. Segundo o Ministério do Trabalho, precisa
 1214 ter a inscrição do CMDCA para que o Ministério do Trabalho aprove e possa iniciar a execução.
 1215 A questão que a Rose trouxe foram duas questões: o online e a socioaprendizagem. Só que nós

1216 não temos, enquanto CMDCA, uma legislação que exija, por exemplo, para a
 1217 socioaprendizagem ter a inscrição no CMAS ou que diga que não pode esses 30 dias online.

1218 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 1219 **(Topogigio) – Presidente:** O que a gente pode, na verdade, é discutir isso novamente na
 1220 próxima quarta e a Rose pode colocar nos grupos essa legislação. **Francyne da Rosa,**
 1221 **CEMME:** Na legislação que tu me mandou, Rose, eu ainda te questionei: onde diz na legislação
 1222 que para inscrição no CMDCA precisa do atestado do CMAS? **Rose Ceroni Canabarro,**
 1223 **ASAFOM:** Mas me diz hoje a Resolução 234 do CNAS, do Conselho Nacional de Assistência
 1224 Social, que reconhece a socioaprendizagem. Qual é a diferença? Vai fazer o programa de
 1225 qualificação profissional? Vai. Só não é processo seletivo, é processo social. Hoje está no 8º
 1226 ano a Carol no ensino médio; no processo seletivo, quem é que entra? Quem está no ensino
 1227 médio. Este conselho é formulador das políticas, então tem que sentar a equipe e revogar a 012,
 1228 revogar a 012 e incluir lá como se dá, junto com o FORMAP. Eu já estou conversando com a
 1229 Sílvia: na sexta-feira o FORMAP está discutindo a 234 do CNAS e o trabalho educativo.

1230 **Francyne da Rosa, CEMME:** O processo dessa OSC ABRH agora só está pendente por essa
 1231 questão de a gente não ter ainda algo formatado. A gente não tem como garantir que a OSC
 1232 ABRH vá contratar pela socioaprendizagem, porque isso é na prática, vai ser depois. Eles nos
 1233 disseram que vai ser por cota. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Na lei, hoje, tem que ter
 1234 o serviço social, tem que ter um técnico social dentro do quadro. É muito bom dizer para essa
 1235 OSC: "Vocês já passaram pelo FORMAP? Nós vamos indicar o Fórum Municipal da
 1236 Aprendizagem". Ali ela entra. Vai lá no FORMAP e pega todas as explicações junto, porque
 1237 são várias leis. Hoje essa OSC, para se credenciar no Ministério do Trabalho, não basta só a
 1238 CBO dela, tem que ter as apostilas. Esse fórum é para isso. É importante passar pelo FORMAP.

1239 **Francyne da Rosa, CEMME:** Isso é super válido, mas com relação a registro e inscrição da
 1240 aprendizagem... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
 1241 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Se nós temos legislações federais ou estaduais
 1242 que impeçam alguma questão, a gente tem que se basear nas legislações. Do contrário, por isso
 1243 pedi para a Rose colocar para a gente poder conhecer o que está na legislação. Eu conheço o
 1244 que é aprendizagem de forma geral, não conheço as minúcias. Para a gente poder entender o
 1245 que acontece, na próxima quarta a gente pode trazer de novo e, com base nas legislações que
 1246 existem hoje, a comissão dá o despacho. **Francyne da Rosa, CEMME:** Isso, dá o despacho
 1247 para a nossa 012, para como vai nortear o trabalho do CMDCA em relação a registro e inscrição.

1248 Agora a gente está com registro e inscrição pendente dessa OSC neste momento, atendendo a
1249 012. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
1250 **Caimc (Topogigio) – Presidente:** Na 012 não consta que não pode ser online, mas na lei federal
1251 diz que não pode ser online. Quem tem mais poder é a lei federal. **Francyne da Rosa,**
1252 **CEMME:** A OSC diz que vai ser online e vai ser presencial. Eles se inscreveram no projeto,
1253 mas eles ainda não executaram. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
1254 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Independe se está na 012:
1255 se tem na lei federal, é a lei federal que permanece. A gente dá o embasamento de acordo com
1256 a legislação e pedimos que a instituição reorganize o plano. A gente não está dizendo que ela
1257 não vai poder ser aprovada, ela vai ter que reorganizar o plano dela. Até porque, quando for
1258 para o Ministério do Trabalho, não vai passar daquela forma. **Francyne da Rosa, CEMME:**
1259 No plano de trabalho não está exclusivamente online. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
1260 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tem que ver
1261 se na lei diz: são 20 horas isso, 60 horas aquilo, ou não diz nada. **Rose Ceroni Canabarro,**
1262 **ASAFOM:** Quando teve calamidade pública, a gente fez essa combinação. Cada município tem
1263 um número. Em Porto Alegre está crescendo, além do Sistema S, nós temos mais de 42
1264 instituições dentro do Fórum Estadual de Aprendizagem. O que a gente não quer é o trabalho
1265 infantil, a mão de obra barata, em que o guri vai direto para o front ou vai lá fazer cafezinho e
1266 lavar louça. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
1267 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Na lei tem que estar essa vírgula também dizendo:
1268 na época de pandemia ou na época de calamidade, pode. **Rose Ceroni Canabarro,**
1269 **ASAFOM:** O Rio Grande do Sul tem um decreto que é nacional. Quando tiver qualquer
1270 calamidade, quem entra é a ADRA, porque ela tem um convênio federal para os municípios que
1271 têm calamidade pública. Tanto que eles estiveram no Centro fazendo um teste com uma carreta
1272 com lavanderia e cozinha dentro para a Defesa Civil. Quando tiver qualquer questão de
1273 calamidade pública, o Governo Federal aciona o decreto e a ADRA vem. **Carolina Aguirre da**
1274 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
1275 **Presidente:** A gente compartilha e na próxima quarta a gente trabalha isso. **Rose Ceroni**
1276 **Canabarro, ASAFOM:** A minha pergunta foi que a gente tinha um monte de gente querendo
1277 fazer aprendizagem cobrando 50 reais. Com 50 reais não se faz um trabalho de qualidade, não
1278 consegue ter educador, técnicos e tudo que tem que acompanhar. Outra coisa é o lanche: "Eles
1279 ganham salário, então vão comprar o lanche". Isso é desonesto com quem cumpre e com quem

1280 está lá dentro do FORMAP construindo as políticas com este conselho. **Carolina Aguirre da**
 1281 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 1282 **Presidente:** Eu não acho que é desonesto com as outras instituições, eu acho que é desonesto
 1283 com aquele adolescente. Uma coisa em que a gente tem que prestar atenção e que está me
 1284 incomodando: eu sei que é certo, mas eu não acho certo, por exemplo, a aprovação quando a
 1285 gente aprova os empacotadores em mercado. Não acho um trabalho legal para a aprendizagem.
 1286 Me incomoda profundamente cada vez que vou ao mercado e vejo aquele piá empacotando.
 1287 **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** E trabalha até às 21h. **Carolina Aguirre da Silva,**
 1288 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 1289 **Presidente:** Exato. E qual é a parte teórica que ele vai absorver com a prática? Aí ele não vai
 1290 mais para a escola. Isso para mim é pior do que ser online, é pior do que qualquer outra situação.
 1291 **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** Não liga a parte prática com a teórica, ali não tem.
 1292 **Francyne da Rosa, CEMME:** Eu acho que é diferente, porque isso vai demandar um estudo
 1293 dessas legislações e talvez uma alteração da 012, da nossa resolução, e da forma como a gente
 1294 analisa os processos de aprendizagem. Essa OSC não pode ser penalizada esperando esse
 1295 processo acontecer. Pela legislação de hoje, pela análise e pela visita, ela está ok. A ESBET, eu
 1296 participei da aprovação aqui nesses anos em que estou. Como a ESBET está executando agora
 1297 é desta forma, aí vai a questão de acompanhamento e de fiscalização, que é como a coisa
 1298 acontece depois. A ABRH ainda não executou. Seria interessante ela estar no FORMAP, ela se
 1299 integrar e fazer a execução de forma correta? Sim, mas isso vai depender desse
 1300 acompanhamento posterior. Neste momento, essa discussão vai ampliar e até mudar uma
 1301 resolução, a 014, que agora é a nossa de registro. Nesses 3 anos em que estou no CMDCA, a
 1302 gente fez duas alterações de registro. Demora uma alteração. Este processo fica esperando tudo
 1303 isso acontecer? **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** As instituições sem fins lucrativos só
 1304 podem fazer a aprendizagem por causa da Resolução 94 do Conselho Nacional dos Direitos da
 1305 Criança e do Adolescente. Quando tu pega uma empresa, que é a ABRH, por mais que diga lá
 1306 que é uma associação, ela tem os espaços que nem nós temos, que nem quem faz a
 1307 aprendizagem? Ela tem um refeitório, ela dá o lanche? Essas observações, entendeu? Nós fomos
 1308 pegos de surpresa, porque a primeira coisa que eu fui no fórum foi perguntar: com quem ela
 1309 trabalha? Ela trabalha com criança, com adolescente? Tu tem que ver lá, porque a
 1310 preponderância hoje é o Sistema S. Nós entramos sem fins lucrativos porque conquistamos isso
 1311 no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Sistema S é regido pelo

MEC, ele não está nem aí para isso, mas ele ainda é a preponderância. Tem 1% compulsório do Governo Federal, essas instituições têm que ter taxa administrativa para poder manter o programa e cumprir tudo o que dizem as portarias. Porque a auditora fiscal vai chegar e dizer: "CMDCA, por que vocês deram para essa instituição?". **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Vamos lá de novo. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Eu acho que no FEAP, que o colega falou, não é o da Luz. O da Luz hoje está trabalhando numa outra instituição, ele só dá um suporte para a Dra. Débora, que substitui a Dra. Denise. Hoje é a Izani, que é do sindicato, ela que cuida de toda a parte do trabalho infantil no FEAP. Eu acho que tem que se aproximar, tanto que a gente pediu: Paulinho, vem fazer a discussão porque a Pequena Casa está na coordenação do FORMAP. A Sílvia Ramirez está na coordenação do FORMAP. Tudo é muita construção, gente. A gente faz um debate aqui, mas para a gente conseguir fazer a socioaprendizagem, em 2013 nós fomos a Brasília. Agora o Ministério do Desenvolvimento Social está reconhecendo a socioaprendizagem, porque a gente tem uma resolução do mundo do trabalho. É tudo uma construção. Ninguém está dizendo que não é importante essa OSC, não é isso. Ela tem que estar dentro das normativas como todo mundo está. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** O Nicolas vai pegar as leis e as resoluções federais para a gente poder embasar. Independente da Resolução 012 não estar atualizada com a lei federal, ainda é a lei federal que prevalece. Se o ECA, numa das alterações dele, diminuir a idade, a gente vai dizer não? Permanece o que está no ECA lá. O Nicolas faz e a gente vê semana que vem, quando tivermos todo mundo aqui para poder discutir um pouco melhor. **Francyne da Rosa, CEMME:** Para o Nicolas é tranquilo fazer isso, mas para mim não fica claro o que essa OSC não está atendendo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tem que ver o que é. Às vezes não é nada. A gente pode trazer: de acordo com a lei do Governo Federal, essa OSC está ok. Pronto. Depois a gente vê nos outros locais. **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** Carol, não tem como passar porque não tem quórum. Eu queria dar uma sugestão: no início das plenárias a gente passar as votações, porque sempre quando a gente tem algum outro assunto a gente passa depois e aí não tem como votar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Sabe por que eu faço isso? Porque senão o povo não fica. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Qual é o horário da plenária que a gente tem que

1344 trabalhar? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**
 1345 **– Caimc (Topogigio) – Presidente:** É até às 17h. O nosso horário é até às 17h. Se a gente
 1346 termina uma plenária em meia hora, parabéns, a gente venceu. **Fabrizia Demo, Parceiros**
 1347 **Voluntários:** Outra coisa: Monitoramento e Avaliação, inclusive a nossa comissão de registro.
 1348 As pessoas colocam o nome, atribuem a elas e fica ali atribuído pela eternidade. Hoje a gente
 1349 fez uma limpa porque atrasa a comissão, atrasa as instituições, atrasa as secretarias, com quem
 1350 está fazendo todo o encaminhamento. Para as pessoas que não estão aqui, que depois vão ler na
 1351 ata, para reverem a quem está sendo atribuído. Atribuiu, dá uma olhadinha toda semana porque
 1352 talvez chegue documento novo também. **Francyne da Rosa, CEMME:** Uma das coisas que eu
 1353 falo sempre é o seguinte: quando a gente tem um processo ali e a pessoa pegou aquele processo
 1354 para analisar, essa pessoa precisa entender que ela precisa finalizar esse processo. O que
 1355 acontece? Se faz uma primeira análise ou se faz, principalmente esses do monitoramento, um
 1356 despacho copia e cola de qualquer maneira sem prestar atenção nos detalhes e esquece, nunca
 1357 mais olha o processo. O processo precisa ser cobrado das assinaturas dos colegas, porque é teu
 1358 o processo. Tu que analisou aquele processo, os colegas vão corroborar com o teu despacho
 1359 para parecer. Tu precisa encaminhar e depois fechar o processo, senão ele continua ali na caixa.
 1360 **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** Hoje tinha um processo aberto ali desde março sem
 1361 nada preenchido. Só que está atribuído à pessoa e a gente acredita que a pessoa vá fazer alguma
 1362 coisa. A gente foi ali, tirou e fez. Fora que tem processos que já foram assinados por 3 e a pessoa
 1363 vai lá e atribui de novo. Ficou o nome dela e a gente não vai porque não repara. É só para o
 1364 pessoal ter mais esse cuidado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
 1365 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Outra coisa que a gente vai ter que
 1366 ver, que para a próxima semana eu já anotei aqui, é quem realmente está em qual comissão. Nós
 1367 temos conselheiros que não estão em nenhuma comissão ou que não estão participando. Nós
 1368 tínhamos tanto conselheiro da sociedade civil quanto do governo. Não dá para a gente dizer que
 1369 hoje em dia o governo não tem pessoas participantes, como também a gente não pode dizer que
 1370 a sociedade civil não está falhando. A gente tem dos dois pontos e vai ter que rever isso.
 1371 **Francyne da Rosa, CEMME:** A gente sabe que intercorrências acontecem, principalmente de
 1372 saúde, sabemos que existem outras demandas, mas aquela OSC se comprometeu em estar na
 1373 quarta-feira. Tem titular e tem suplente. A gente tem OSC em que os dois trabalham e tem OSC
 1374 que só justifica. Essa organização também acaba se perdendo. A questão do online: tem pessoas
 1375 que ficam no online e realmente funcionam e compartilham o que estão fazendo, e tem pessoas

1376 no online que a gente não sabe. Não é que a gente queira cuidar do trabalho do colega, mas isso
 1377 sobrecarrega os demais. A gente sabe também que não tem computador aqui, nós trazemos os
 1378 nossos. O Paulinho mesmo já falou que não vem presencial quando não tiver computador,
 1379 porque ele vem e não vai conseguir trabalhar no SEI. Tem os da executiva também, isso
 1380 atrapalha muito porque a reunião da executiva é no momento da comissão. Começa às 9h, 9h30,
 1381 10h, às vezes 10h30 ou 11h é a executiva, até 13h ou 14h. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**
 1382 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A gente
 1383 começou às 11h15 hoje e terminou era 12h30, fomos bem além. Mas normalmente a executiva
 1384 acontece das 11h em diante, dá 1 hora ali. Semana que vem eu queria fazer a reunião do edital.
 1385 Nem todos os conselheiros estão na reunião do edital ou na executiva. Aqui continua
 1386 trabalhando, aqui faz a executiva; aqui continua trabalhando, ali faz a reunião do edital. Não
 1387 precisa parar o conselho para fazer a executiva ou para fazer a reunião do edital. São 21
 1388 conselheiros. Na educação infantil eu trabalho com pequenos grupos, então tenho que trabalhar
 1389 com pequenos grupos também no conselho, com certeza. São coisas em que a gente tem que
 1390 otimizar. Eu acho que o que a gente acaba fazendo é colocar desculpa: a desculpa de que faltou
 1391 funcionário e daí eu não vou; a desculpa de que não tenho computador e não posso trabalhar; a
 1392 desculpa de que não consigo nunca e não vou também. Que nem eu ouvi esses dias de uma mãe:
 1393 "Eu preciso que a senhora venha buscar o seu filho porque ele está com febre". "Mas eu estou
 1394 no trabalho". Eu também estou trabalhando, só que é o teu filho. É meio angustiante. Pena que
 1395 todos os conselheiros não estão aqui, porque essa lavagem a gente precisa fazer. **Fabrizia Demo,**
 1396 **Parceiros Voluntários:** É retrabalho, Carol. Tu olha ali e vê o nome das pessoas sempre no
 1397 SEI. O tempo que tu está ali para fazer 6, tu faz 12. Tu tem que ler tudo e fica chato para nós.
 1398 Como os outros vão abrir o processo SEI e ver que o CMDCA abriu e está com pendência desde
 1399 março? **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento**
 1400 **Humano – SMIDH:** Eu sou uma que fui a primeira a levantar que só estou participando da
 1401 executiva e não consigo participar dos outros. O que a gente pode fazer para todos os
 1402 conselheiros estarem cientes é iniciar a próxima plenária dando isso como informe, pontuando,
 1403 e também pela listagem das representações, inclusive das comissões permanentes e das
 1404 comissões que são extraordinárias. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 1405 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A Carolina não tem
 1406 nenhuma representação, a Francyne está em 10 representações. Tem algo errado, acho que a
 1407 gente tem que pensar nisso. Enquanto Presidente, muitas vezes me exigem que eu esteja em

1408 locais, exigem que a presidente tem que estar. Se eu fizer tudo, eu não trabalho. Não tenho
1409 condições. Eu não faço tanta representação, vou escolhendo, porque senão não tem condições.
1410 É a mesma coisa dos conselheiros: nós somos 21, mas nem com os 21 titulares às vezes a gente
1411 pode contar, sem falar dos suplentes. No dia 9 já reservei no Harmonia para nós. Na quarta-
1412 feira a gente vai fazer plenária e comissões lá também. Depois vou colocar no grupo para a
1413 gente poder escolher o que vai fazer. O Sandro e eu combinamos e vamos ver o que vai fazer
1414 de bom de comida, na quarta-feira. No piquete do OP, porque durante o dia não está sendo
1415 locado. Como é campanha política também, não vai ter ninguém no piquete lá. A gente ia no
1416 outro piquete, mas o Sandro se lembrou do OP, então a gente vai para o do OP que é mais
1417 tranquilo. Vamos encerrar.

1418 **Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos**
1419 **da Criança e do Adolescente, às 17h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob**
1420 **o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.**